

ALENTEJO ILUSTRADO

Portalegre

Mais alunos, mais financiamento.
O Politécnico virou a página.

Ana Paula Amendoeira

A última entrevista enquanto
diretora regional de Cultura

Escravos

Redes de tráfico de seres
humanos no Alentejo.





Venda de Composto



Eficiência Energética



Equipamentos de Elevação e Movimentação de Cargas



Receção de Verdes



Receção de Orgânicos

Gestão e Valorização de Resíduos • Compostagem • Valorização de Orgânicos • Valorização de Subprodutos • Águas e Saneamento
Estudos e Projetos • Energias Renováveis • Manutenção e Desenvolvimento de Equipamentos Ambientais e Agroindustriais
Estudos de Eficiência Energética • Engenharia e Serviços Eletromecânicos

www.biosmart.pt

 GRUPO NOV
AMBIENTE & ENERGIA

Índice

4 BAIXO ALENTEJO

Por dentro das redes de tráfico de seres humanos

6 POLÍTICA

As perspetivas dos deputados para 2024, com eleições no horizonte

8 SAÚDE

Esperança de vida no Alentejo é das mais baixas do país

10 PORTALEGRE

Mais alunos, mais financiamento. O Politécnico virou a página

12 CULTURA

Ana Paula Amendoeira, a última entrevista

15 ALANDROAL

Manuel Fontainhas, a arte de bem trabalhar o ferro

16 FRONTEIRA

Carlos Fino, o regresso a casa. Entrevista de vida

18 PAULO MONTEIRO

A banda desenhada chegou à Academia Nacional de Belas Artes

20 PATRIMÓNIO

Do cálamo ao drone, Duarte Darmas por Santiago Macias

22 MOURÃO

Granjarte, o cante no feminino

23 AVIS

Carlos Poeiras, o acordeonista que fundou uma orquestra

24 CRÓNICA

Alentejo, julho de 2050 (parte II). Por Jorge Araújo e Susa Monteiro

26 RUI ARIMATEIA

"O direito à cidade usufruindo um património comum"

27 DESPORTO

Caminhadas pelos Trilhos do Endovélico

28 VILA VIÇOSA

Feira promove doçaria conventual

30 VINHOS

A Malhadinha chegou à Serra. Eis os Teixinha

EDITORIAL

Melhor. Temos 365 novas oportunidades de sermos melhores



ALEXANDRE DE BARAHONA,
JORNALISTA

Ano novo, vida nova... proclamam uns, quando outros vão abandonando os filhos para lhes garantir os seus estudos futuros. Impondo-lhes outra noção de família, consistindo em se desligarem de um pai ou de uma mãe, até esse conceito ruir. Pés de barro, esmagando castelos de areia na praia. Acolher imigrantes sem formação com uma mão, e da outra apontar à saída dos nossos adultos, fazer deles emigrantes estrangidos que partem, não pode ser a solução de um país. Mas tem sido essa a imagem que vemos e vivemos, no nosso Alentejo. Devemos receber todos, os de lá, como os de cá.

O não assumirmos a nossa região, espelhou-se neste arrastado atraso de vida da população. Alguns vingam e em troca, muitos se ajoelham. Onde querem festejar os cravos, este Ano Novo, nesta vida nova? Onde mudaram moscas.

A revista "Alentejo Ilustrado", nos seus moldes atuais, renasceu

para promovermos o diálogo permanente entre todos os alentejanos da raia ao mar. Para conceder voz e expressão aos sonhos das pessoas que habitam as vilas nas fronteiras com a Espanha e daí às que residem na orla do litoral. Todos, graúdos e miúdos, igual à pesca por arrasto.

Não mais queremos os alentejanos de costas viradas uns para os outros. Queremos ser um jornalismo positivo, livre e independente de caciquismos locais. Cinquenta anos depois, seria tempo. O nosso mundo muda-se, pela renovação da mentalidade de cada um de nós. Abramos as mãos aos outros, abram os olhos às nossas páginas, apontem-nas aos vizinhos, de modo que juntos dialoguemos. Porque se é possível haver algum tipo de jornalismo sem democracia, não existe nenhuma democracia sem o jornalismo.

Neste Ano Novo, com novas eleições, a exigência de obtermos uma melhor e maior representação parlamentar é e será sempre uma bandeira da "Alentejo Ilustrado". Apenas oito deputados para defender um terço do território nacional que é o Alentejo no seu todo, e o meio milhão de portugueses que cá vivem, é manifestamente pouco. Pelo que deve ser aumentada a representação alentejana na Assembleia da Repú-

blica. Em quantidade e em qualidade, ambas.

Ninguém obriga ninguém a ser político, mas nós cidadãos alentejanos podemos ajudar os nossos políticos a serem melhores políticos. Não importa a cor das camisas de cada eleito, importa-nos sim que os seus corações e vozes transpirem sempre em defesa de todos nós, do Alentejo. E intimamos a ver os frutos.

Queremos estimular a cultura da reflexão e da partilha entre todos, repito-o, mas em vésperas do Évora 27, proclamaremos em cada edição da "Alentejo Ilustrado" que a nossa cultura não se vende, regenera-se. Recusamos essa arte de ser rupestre, repetindo gerações atrás de gerações a boçalidade de nos entregarmos ao quotidiano alcoolismo dos tostões, criando esperanças vãs, morrendo por fim com apenas pobres recordações. Somos alentejanos, façamos disso um orgulho. Senão nosso, dos nossos filhos.

Durante este Ano Novo que comemorará os 50 anos do 25 de Abril, desejo-vos que tenham a coragem de vos levantar, de festejar, mas de não celebrar os cravos enquanto não terminarem os novos escravos.

Uma vai com a outra. Feliz Ano Novo 2024, aqui do fundo do peito.

ALENTEJO ILUSTRADO

ficha técnica

DIRETOR Luís Godinho | DIRETORES ADJUNTOS Alexandre de Barahona, Ana Luísa Delgado | COLABORADORES Abílio Amiguiño, Ana Paula Fitas, Aníbal Fernandes, António Canejo, Carlos Cupeto, Diogo Serra, Gonçalo Figueiredo (fotografia), Jorge Barnabé, Jorge Feio, Cabrita Nascimento (editor de fotografia), Jorge Araújo, José Pinheiro, José Rui Santos, Júlia Serrão, Lurdes Nobre, Manuel Baiôa, Maria Antónia Zacarias, Paulo Freitas do Amaral, Rui Arimateia, Susa Monteiro (ilustração) | PAGINAÇÃO Dina Correia | PRODUÇÃO Luís de Matos (luisdematos@alentejoilustrado.pt) | EDITORA E PROPRIETÁRIA Ana Luísa Delgado analuisadelgado@alentejoilustrado.pt | NIF 214172139 | MORADA (EDITOR/REDAÇÃO) Praceta Horta do Bispo, n.º 4, 1.º E 7005-259 Évora | CORREIO ELETRÓNICO geral@alentejoilustrado.pt | IMPRESSÃO Fig Indústrias Gráficas S. A., Rua Adriano Lucas n.º 161, 3020-430 Coimbra | PERIODICIDADE Mensal | TIRAGEM 3000 exemplares | DEPÓSITO LEGAL N.º 521815/23 | REGISTO ERC N.º 127952. | CAPA Ilustração de Susa Monteiro | ASSINATURAS 30 euros/ano (IVA e portes de envio incluídos).

Como funcionam as redes que escravizam trabalhadores

Chegam ao Baixo Alentejo com a promessa de salário digno, alojamento e alimentação. Acabam a viver “em condições degradantes e sub-humanas”, ameaçados, condenados à fome e à mendicidade. São milhares de trabalhadores agrícolas vítimas das redes de tráfico de seres humanos.

Luís Godinho (texto)



“Os pretos são burros, deixa-os em Beja e que morram à fome”. A frase, dita por uma mulher romena a um outro suspeito de integrar uma rede de tráfico de seres humanos a operar no Baixo Alentejo, foi intercetada pelas autoridades. É não só ofensiva e racista. Ela demonstra igualmente, como sublinha o Ministério Público, “um total desrespeito pela dignidade humana” dos trabalhadores arrastados nas malhas da rede. Não é caso único. Num outro processo, com outros intervenientes, em que se investiga o mesmo tipo de crime, alguns trabalhadores surgem apenas identificados como ‘negrii’ [negros]. São, por norma, os mais mal pagos.

Estes dois processos resultam das maiores operações de combate ao trabalho escravo levadas a cabo pela Unidade Nacional de Contraterrorismo da Polícia Judiciária. Ambas centradas no Baixo Alentejo. A primeira, realizada em 2022, conta com 51 arguidos, 26 dos quais em prisão preventiva. A segunda, desencadeada há dois meses,

envolveu 480 operacionais e levou à detenção de 28 pessoas, 13 ficaram em prisão privativa. Entre elas está a mulher escutada a dizer para deixarem “morror à fome” alguns dos trabalhadores que tinha à sua guarda.

Nas duas operações foram identificadas mais de 500 pessoas “em condições de miséria humana”, vítimas de redes que na Roménia, na Índia, no Senegal ou na Gâmbia recrutam trabalhadores para os campos agrícolas do Alentejo. Acabam a trabalhar “em troca de um parco salário, um alojamento em condições degradantes e sub-humanas, cujo valor lhes era, ainda assim, descontado do suposto salário que teriam de receber”, sintetiza o Ministério Público na acusação, já concluída, do processo de 2022.

Uma análise a estas e a outras investigações judiciais permite reconstituir o funcionamento destas redes, a começar na angariação das vítimas, feita através de intermediários nos respetivos países de origem, “com promessa de trabalho e de alojamento condigno”. Os trabalhadores africanos,

por exemplo, são levados por via marítima para Espanha e, daqui, conduzidos de autocarro para o Alentejo. Já os do Leste da Europa são frequentemente transportados em autocarros ou carrinhas, sucedendo também viajarem de transporte público.

Num dos casos, que culminou com a condenação de seis arguidos a penas de prisão por tráfico de pessoas, a viagem iniciou-se na Roménia. Acompanhados por um elemento da rede, os mais de 30 trabalhadores entregaram-lhe os documentos de identificação, alegadamente para aquisição do bilhete de autocarro até Espanha, para a elaboração dos contratos de trabalho ou simplesmente para “não os perderem”.

O autocarro deixou-os em Sevilha, onde foram recolhidos por outros elementos da rede, que os levaram para o local de alojamento, uma antiga panificadora no concelho de Aljustrel. Aqui, “dormiram em colchões no chão, em cima de paletas, 30 a 40 pessoas numa mesma dependência, sem qualquer privacidade por se tratar de um espaço aberto



“MUITAS INVESTIGAÇÕES”

As duas grandes operações desencadeadas pela PJ no último ano “são uma pedrada no charco”, mas não resolvem o problema do tráfico de seres humanos para trabalho agrícola no Alentejo. Quem o diz é a diretora da Unidade Nacional de Contraterrorismo da PJ, Manuela Santos, segundo a qual “há muitas investigações em curso, mas este fenómeno dificilmente será erradicado, pelo menos nos próximos anos”.

e sem qualquer móvel onde colocar os seus haveres pessoais, que permaneceram nos sacos de viagem empilhados no chão”. Chovia no interior do edifício. Para todo o grupo havia apenas uma casa de banho e um espaço reservado a duche, muitas vezes sem água quente. Começava o inferno.

Divididos em três equipas de trabalho, todas chefiadas pelo mesmo indivíduo, eram acordados entre as 05h00 e as 06h00 e levados para trabalhar no campo. A viagem chegava a demorar mais de uma hora. Seguiam-se oito horas de trabalho, “sete dias por semana, sem dia de descanso, desde que as condições climáticas o permitissem”. O almoço era não mais que uma sande, com uma fatia de mortadela ou de fiambre, por vezes com uma salsicha. Nada mais. O jantar, também fornecido pela rede, “consistia apenas num prato de sopa ou num prato de massa ou de arroz e três fatias de pão para cada um”.

Na Roménia tinha-lhe sido prometida a celebração de contratos de trabalho, um salário men-

sal superior a 500 euros, “descanso ao domingo, alojamento gratuito, três refeições diárias e transporte gratuito para os locais de trabalho”. Nem o salário foi pago. Já em Portugal, os líderes da rede, como refere o acórdão que os haveria de condenar, informaram os trabalhadores que lhes iriam descontar “três dias de salário para a renda de casa, dois a três dias de salário para a eletricidade, dois a três dias de salário para a água e uma quantia indeterminada para o combustível gasto pelos veículos nas deslocações para os locais de trabalho”.

As ameaças eram permanentes. “Sempre que um dos trabalhadores reclamava das condições de trabalho, da falta de comida ou das más condições da habitação, era chamado de porco, animal”, prossegue o acórdão, indicando que as ameaças incluíam as famílias, que “sofriam represálias, como “serem agredidos ou mortos ou ser posto fogo nas suas casas”, caso algum deles fugisse ou se queixasse às autoridades.

Sem dinheiro, nem documentos, a milhares de quilómetros de casa, sem dominarem a língua, alvo de ameaças, estes trabalhadores viveram durante mais de um ano “num clima de terror, não ousando abandonar as instalações da panificadora que lhes servia de casa, nem do local no campo em que estavam a trabalhar, nem falar com alguém para pedir ajuda”.

INDIGNIDADE E MILHÕES

A mesma maneira de atuar, outro caso. Amontoados “em locais indignos”, em diversos concelhos do Baixo Alentejo, por vezes 17 pessoas por quarto, sem casa de banho, grupos de trabalhadores migrantes eram forçados a trabalhar consecutivamente, sete dias por semana, às vezes 15 horas diárias, a troco de um salário que, feitos os descontos para alojamento e transporte, andaria à volta dos 150 euros mensais.

Enquanto os trabalhadores tinham muitas vezes de “mendigar para subsistir”, a rede multiplicava a abertura de empresas tendo faturado, segundo o semanário “Expresso”, mais de 7,7 milhões de euros, “sem declarações de IVA, IRC ou contribuições à Segurança Social”.

Já em novembro passado, a “Operação Espelho”, desencadeada no âmbito de dois inquéritos abertos pelo DIAP de Évora, levou a Polícia Judiciária a várias cidades e freguesias do Baixo Alentejo, no cumprimento de 78 mandados de busca e de detenção.

O processo teve origem na denúncia de migrantes de origem senegalesa e gambiana, alojados em Cuba num imóvel sem condições de habitabilidade e obrigados a trabalhar, de segunda a sábado, a troco de um salário mensal de 100 ou 150 euros, tendo a operação permitido dismantlar “uma estrutura criminosa dedicada à exploração do trabalho de cidadãos imigrantes, na sua maioria, aliciados nos seus países de origem”, sobretudo na Roménia, mas também na Moldávia, Ucrânia, Índia ou Paquistão.

Fonte da PJ indica que os suspeitos, de nacionalidade portuguesa e estrangeira, encontram-se “fortemente indiciados” pela prática de diversos crimes, como associação criminosa, tráfico de pessoas, e extorsão, entre outros.

Deputados perspetivam 2024, com eleições no horizonte

Partidos anunciam os primeiros nomes às legislativas de março. Com eleições no horizonte, pedimos a três deputados alentejanos um balanço de 2023 e perspetivas para o ano que agora começa.

Ana Luísa Delgado (texto)



Deputado socialista eleito por Portalegre, Ricardo Pinheiro lembra que 2024 será marcado pela conclusão da nova linha ferroviária do Alentejo, ligando Sines a Elvas, naquele que é o maior investimento público em curso no país e que permitirá “aproximar” os territórios do interior a Sines, concelho com “um potencial enorme para a promoção internacional”. Mas será também um ano de “avanço” para a construção da Barragem do Pisão, empreendimento de 120 milhões de euros que permitirá garantir o abastecimento público de água a diversos municípios do Alto Alentejo, produzir energia e criar um perímetro de rega com cerca de cinco mil hectares.

Ex-secretário de Estado do Planeamento, Ricardo Pinheiro destaca ainda os investimentos que têm vindo a ser feitos na saúde, tanto no hospital de Portalegre como na construção do novo Hospital Central do Alentejo, em Évora, uma “unidade de referência à escala nacional que irá servir a população que vive e que deseja viver no Alentejo, contribuindo para a mobilidade dentro do território nacional”.

“Espero que a estabilidade que o PS tem dado

ao país e à região nos últimos anos possa continuar a ser garantida”, defende Ricardo Pinheiro, que surge na ‘pole position’ para cabeça-de-lista do PS às legislativas, a par com o presidente da Federação de Portalegre, Luís Testa. Em Évora, o também presidente da Federação do PS, Luís Dias, é o nome apontado como “provável” cabeça-de-lista. No Baixo Alentejo, como há três anos, a liderança da lista será decidida entre os dois atuais deputados: Nelson Brito, presidente da Federação, e Pedro do Carmo, que integra o Secretariado Nacional.

VIRAR A PÁGINA

Se os socialistas insistem na “estabilidade”, os social-democratas defendem o “virar de página”. Sónia Ramos, a única deputada do PSD pelo Alentejo, eleita por Évora, espera que o próximo ano “ponha fim ao desnorte das políticas públicas de educação, saúde ou justiça”, e inverta um ciclo onde se “agravou a pobreza, sobretudo das crianças, e em que o número de sem-abrigo aumentou”, no que define como um “capítulo negro” na história do país.

Fonte partidária garante à “Alentejo Ilustra-

do” que só no início de 2024 haverá definições no que às listas de deputados diz respeito, uma vez que a prioridade dos órgãos nacionais foi “fechar os termos da coligação” com o CDS. Praticamente garantida estará a mudança de cabeças-de-lista em Portalegre e Beja. “Foram escolhas pessoais de Rui Rio”, nota um dirigente regional. Em Beja, e sem surpresa, o candidato escolhido pela Comissão Política Distrital é o presidente desta estrutura. “A escolha é do presidente do partido. Vamos aguardar pela decisão final”, diz Gonçalo Valente. Já em Portalegre, um dos nomes sobre a mesa será o do presidente da Câmara de Fronteira, Rogério Silva, que não se pode recandidatar a um novo mandato.

Sónia Ramos lamenta que 2023 fique marcado pelo “chumbo” de diversas propostas apresentadas pelo PSD e que foram rejeitadas pela maioria absoluta do PS, apesar de “serem unânimes” para todo o território.

“Posso exemplificar com a proposta que fizemos de requalificar a Estrada 255, em Borba, que ruiu num acidente trágico que não vamos esquecer. O próprio primeiro-ministro tinha dito que iria reconstruir a estrada, mas afinal votaram con-



tra a nossa proposta”, refere Sónia Ramos.

DISPONIBILIDADE PARA LUTAR

Na CDU já são conhecidos os cabeças-de-lista por Évora (Alma Rivera) e por Beja (João Dias), que terão tarefas bem diferentes. Nascida nos Açores, Alma Rivera tem por missão recuperar a representação parlamentar do PCP no distrito de Évora, depois de o anterior deputado, João Oliveira, ter falhado a eleição em 2021. Já em Beja, João Dias vai a jogo para tentar a reeleição, sendo que atualmente é o único deputado comunista pelo Alentejo.

“Em 2024 espero continuar a ter disponibilidade para lutar não só pela melhoria da qualidade de vida na nossa região, como em todo o país. Mas espero que neste início de ano reconheçam aquilo que tem sido o trabalho de um deputado eleito pelo PCP, a luta que tem travado na Assembleia da República”, diz João Dias, lamentando que 2023 tenha terminado “com um excedente orçamental que fica a fazer falta na vida das pessoas” e contribui para o “empobrecimento dos serviços públicos”.

OPINIÃO | RI PALHAÇO CHORA HOMEM SOFRE CÃO



CARLOS CUPETO,
PROFESSOR DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Alentejo sustentável?

No início do passado mês de dezembro todos demos pela COP 28, a mais importante conferência global sobre o desafio da alteração climática, no Dubai, um dos lugares mais impróprios para o fazer. Mais uma vez, e sempre assim será nas conferências seguintes, “aos costumes disse nada”.

A agonia da Terra, devido ao esgotamento de recursos e aos significativos e irreversíveis impactos nos seus ciclos naturais, é grande, real e, muito provavelmente irreversível. Como se isto não bastasse, a verdade não é assumida; pelo contrário, é disfarçada com “soluções” que não conduzem a qualquer mudança; fica tudo na mesma, porque é o incontornável para o modo de vida vigente. Alguns cientistas começam a admitir que uma mudança significativa do nosso modo de vida não é possível, e teria consequências ainda mais catastróficas. Assim, o enorme desafio que temos em mãos não tem solução única ou simples e exige, no mínimo, autenticidade.

Na verdade, a receita, conhecida por transição energética, que nos soa bem e é necessária, é uma mudança radical e abrupta com consequências imprevisíveis; o modo de vida como não o conhecemos. Mesmo os mais otimistas, ou distraídos, se deram conta que nos últimos tempos, um pouco por todo lado, ocorreram algumas pequenas amostras do que acontecerá: ocorrências naturais nunca vistas, de natureza imprevisível, cada vez mais frequentes e com efeito mais significativo. Isto é, ocorrências a roçar o inimaginável.

Como sabemos, Portugal,

em particular o Alentejo, tem uma localização geográfica de grande exposição atlântica e tectónica particularmente sensível, ou seja, é um país de elevado risco. Sabemos que a Terra é finita e que todos temos direito a recursos e alimentos. Em 50 anos, a produção de carne aumentou 500% e ainda assim a fome é um flagelo em muitas regiões do mundo. Tudo se pode resumir numa só palavra: consumo. Consumir cada vez mais, com uma enorme intensidade, é um desígnio do nosso modo de vida, incapaz de suportar o conceito de “sustentabilidade”.

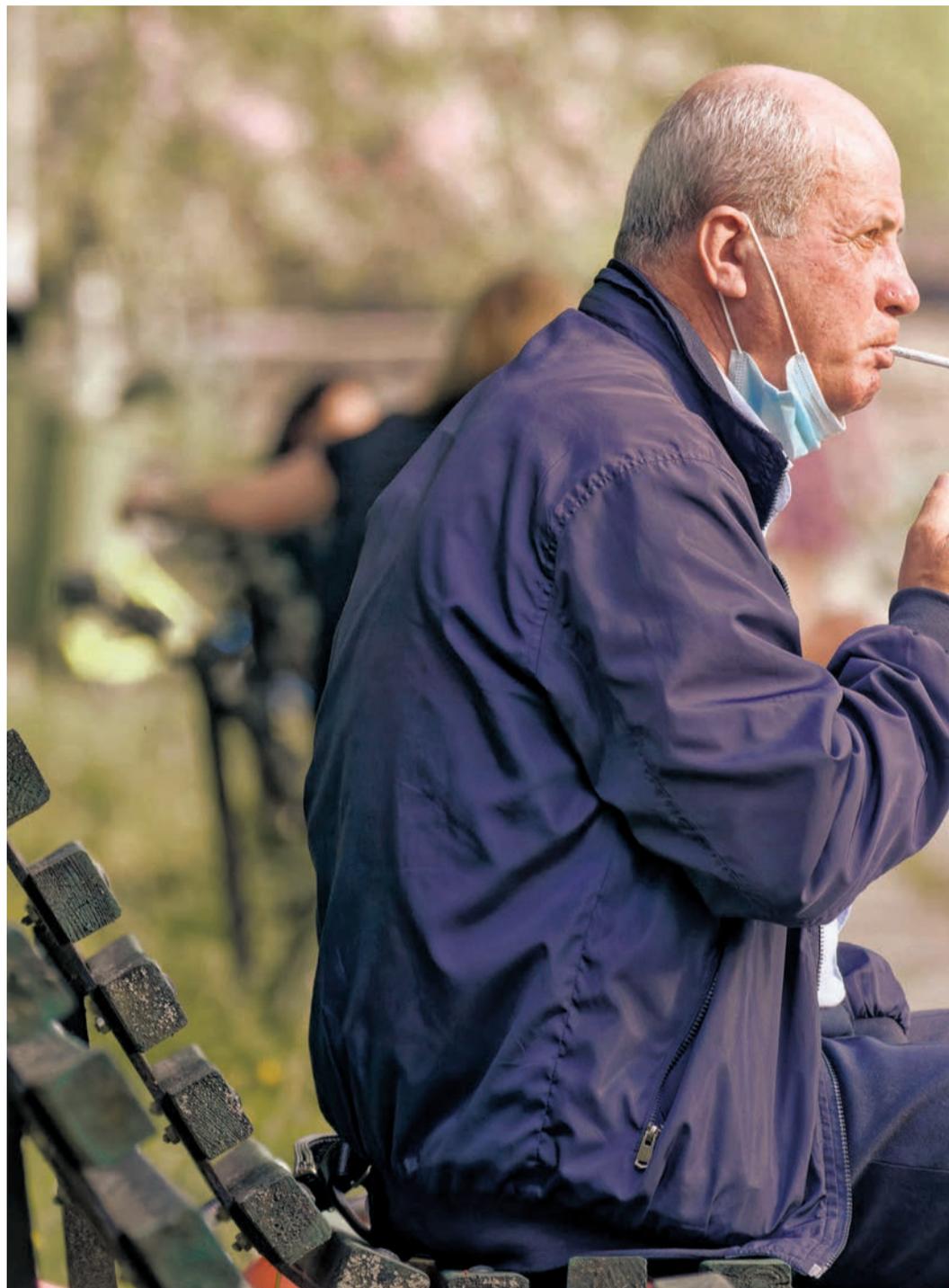
A verdade, escondida, leva-nos, à dimensão local. É aqui no Alentejo, na terra em que vivemos e no solo que pisamos, que tudo se decide. É neste espaço que, queira-se ou não, existem os recursos essenciais à vida, água, solo e ar. É também aqui, no Alentejo, que cada um de nós toma decisões que fazem a diferença. Todos temos o dever de participar ativamente num Alentejo sustentável onde se possa viver bem.

Muito para além das escolhas pessoais relativamente ao modo de vida e consumo, há um enorme conjunto de práticas que temos de implementar insistentemente: semear água, no sentido de a armazenar, sobretudo favorecendo a infiltração; plantar solo, no sentido de o valorizar e conservar, designadamente com boas práticas agrícolas; espalhar árvores, isto é, arborizar o nosso território, no campo e no meio urbano. Acredito convictamente que o Alentejo pode contrariar, ou conter, o processo em curso de degradação da vida. Não podemos é ficar parados, ontem é tarde.

Esperança de vida é a mais baixa do país

A esperança de vida no Alentejo é de 80 anos, a mais baixa de Portugal continental. Os hábitos de vida, as ondas de calor e o “deserto” médico, contribuem para agravar o “fosso” em relação à média nacional.

Júlia Serrão (texto)



A esperança de vida à nascença, no Alentejo, no triénio 2020-2022, foi estimada em 80,09 anos, sendo de 77,04 para os homens e de 82,96 para as mulheres, revela o Instituto Nacional de Estatística (INE). A esperança média de vida na região, aos 65 anos, foi calculada em 19,17 anos. Os valores registados no Alentejo são dos mais baixos do país, apenas ultrapassados pelos Açores e Madeira. Segundo o INE, cada alentejano vive menos um ano que a média nacional. Pior. A esperança de vida no Alentejo “não só é das mais baixas do país como têm vindo a agravar-se”, observa Marcos Olímpio, a partir de informação disponibilizada pelo INE e pela base de dados Pordata.

O sociólogo e investigador do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade de Évora explica que a diferença do Alentejo para a média nacional, no que diz respeito à esperança de vida à nascença, era de aproximadamente nove meses e 18 dias em 2008/10, passando para 11 meses e 23 dias em 2020/22. Ou seja, agravou-se em cerca de dois meses e cinco dias.

Já o cardiologista Manuel Carrageta diz

que seria necessária mais informação e “uma análise mais cuidada” para explicar as razões da existência de uma menor esperança de vida no Alentejo. Ainda assim, refere que “maiores níveis de pobreza têm grande influência na longevidade”, sendo que o contributo do “estilo de vida, que compreende a alimentação, a atividade física, o tabagismo e o alcoolismo” constitui “outro fator fundamental”.

A que acresce o clima. “As ondas de calor têm ocorrido, nos últimos anos, de forma mais pronunciada no Alentejo, podendo estar associadas a aumentos da mortalidade prematura”, acrescenta Manuel Carrageta, também presidente da Sociedade Portuguesa de Geriatria e Gerontologia, criticando ainda a resposta dos serviços de saúde: “A espécie de deserto médico que se verifica em algumas regiões do Alentejo terá certamente as suas consequências”.

Para Marcos Olímpio, outra das explicações estará na elevada taxa de mortalidade devido a doenças do aparelho circulatório (27,4% do total no Alentejo e 25,8% do total em Portugal continental, em 2021) e na incidência de diabetes

(3,5% no Alentejo face a 2,8% na média nacional). Sendo que fatores como a dificuldade no acesso da população idosa a serviços de saúde e na aquisição de medicamentos contribuem igualmente para estes resultados.

O investigador aponta, por exemplo, a “vulnerabilidade de alguns segmentos da população alentejana” manifestada durante a pandemia de covid-19 e traduzida nas percentagens da mortalidade: “A média em Portugal continental foi de 124,5 mortes por cada 100 mil habitantes, mas no Alentejo foi de 184,4, a mais elevada do país”.

Dentro da própria região há diferença. No Baixo Alentejo, a esperança média de vida é ainda mais baixa que a média regional: 78,30 anos, menos dois que no Alentejo Central. De acordo com Marcos Olímpio, há “fatores explicativos” como condições socioeconómicas desfavoráveis, dificuldade no acesso a serviços de saúde e ambiente físico agressivo, mas seria importante esmiuçar as diferenças regionais e “atender à mortalidade por idades e respetivas causas, associadas sobretudo a doenças cardiovasculares, cancro, diabetes e outros tipos de mortes evitá-



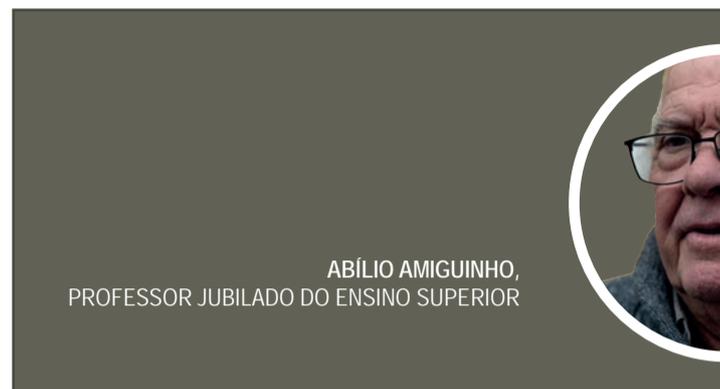
veis antes dos 65 anos”.

Embora a diferença face à média nacional tenha vindo a agravar-se, a esperança de vida aumentou no Alentejo, tendo passado de 78,58 anos no triénio 2018/20 para 80,09 anos em 2020/22.

Marcos Olímpio indica que até 2031 podem perspetivar-se três tendências de evolução: uma de “desagravamento de discrepâncias”, outra de “agravamento” e uma terceira de “continuidade assimétrica”. Se, no primeiro caso, “que implica um rápido e consistente desanuviamento do contexto internacional e assinaláveis melhorias no contexto nacional”, a diferença poderia esbater-se, no último, “[com] um contexto internacional desfavorável e um nacional ainda adverso”, as projeções indicam que se manteria o “fosso” entre a esperança de vida no Alentejo e a média nacional.

Para qualquer dos cenários, nota que é muito possível que se mantenham de igual modo as tendências observadas na região, com “prováveis posições desfavoráveis do Alto Alentejo e do Baixo Alentejo”.

OPINIÃO | VENTOS DO NORDESTE ALENTEJANO



ABÍLIO AMIGUINHO,
PROFESSOR JUBILADO DO ENSINO SUPERIOR

A água no Alentejo, mais ao cimo

Há tempos um casal representante de uma imobiliária, sabendo que eu vivia na Serra, abordou-me à procura de propriedades para vendas futuras. Queixavam-se que são muito poucas as existentes por aqui. Afirmavam que enquanto a procura tem vindo a diminuir no Alentejo daqui para baixo, aqui tem vindo a aumentar avassaladoramente e não há oferta.

A justificação foi deles, não minha. Eu amo o Alentejo todo. Mas, para eles, o que ocorre tem a ver como o clima. Aqui também aquece bem, e quase se torna tropical, assim como aparenta menor secura e exhibe mais verde ou verde mais diverso. Li também nesta expressão um verde menos uniforme e bem diferente da monocromia dos olivais a perder de vista, ao mesmo tempo que o verde do montado de sobreiro e azinho vai sendo ofuscado.

Ainda perguntei pelo Alqueva nesta atratividade, mas não se quiseram manifestar. Numa coisa têm razão: no Alentejo, a Serra de São Mamede é o principal regulador pluviométrico e um inestimável mega recurso hídrico de que alguns parecem esquecer-se.

Tomem nota. Se do Pico, com 1025 metros, me virar a leste, o Rio Xévorá, que nasce quase aos meus pés, entra em Espanha e irriga as ‘vegas’ até à La Codosera. Depois, com o Abrilongo, volta a entrar em Portugal e a trazer água àquela parte do concelho de Campo Maior. Pois... vai desaguar no Guadiana.

A sudeste nasce a Ribeira de

Arronches, correndo Vale Lourenço abaixo, um ‘ex-libris’ ambiental, entre outros da Serra. É a principal afluente do Caia, ao qual se junta ali nas baixas da vila que lhe dá nome. A barragem que enche é a do Caia, o maior lago artificial antes do Alqueva. E as sobras correm para o Guadiana.

Volto ao Pico e olho a nordeste. Vejo o Sever, depois de uma das ribeiras que lhe dá corpo encher a Barragem da Apartadura, que resolveu de vez o abastecimento a Portalegre. Faz o nosso pequeno Minho entre montanhas às baixas de Marvão e dá razão aos que nos procuram para cá ficar.

“ Estou mais certo ainda que, neste domínio, não quereriam um Alqueva em miniatura ou um Maranhão no seu pior

A noroeste quase só passo os olhos pela Ribeira de Nisa e afluentes que também engordam o Tejo, principalmente quando os espanhóis o emagrecem a montante. Para me fixar, a oeste, e ver os regatos e ribeiros que escorrem da Serra e dão volume à Ribeira de Seda. Aquela de que se fala e quase se esquece que com a Ribeira Grande já enchem há muitos anos o Maranhão.

Fala-se porque vai ser ela que vai encher o projetado Pisão, dizem que para fins múltiplos. Certamente o agrícola, pois claro. Quanta inovação gostaria de ver neste plano. Haverá muitos que até conhecem o território a abranger melhor do que eu, e que provavelmente também acham isso. Estou mais certo ainda que, neste domínio, não quereriam um Alqueva em miniatura ou um Maranhão no seu pior, mais abaixo.

Mais alunos, mais financiamento. O Politécnico virou a página

Nos últimos seis anos, o Instituto Politécnico de Portalegre aumentou em mais de 60% o número de alunos e soma mais de 30 milhões de euros em projetos de investigação. Um dos obreiros da “revolução” é Luís Loures, um baixo-alentejano nascido no Algarve, que assumiu a presidência em 2021.

Luís Godinho (texto) e Cabrita Nascimento (fotografia)



Em 2017, lembra Luís Loures, o Instituto Politécnico de Portalegre (IPP) não tinha mais de 1800 alunos. Seis anos depois chegam quase aos três mil, sendo que 70% são oriundos de outras regiões, que não o Alentejo. Porventura ainda mais expressiva é a evolução do investimento que o IPP tem conseguido alavancar para projetos de investigação aplicada, que passou de 1,6 para 33 milhões de euros.

A realidade de 2017, lembra o atual presidente da instituição, estava ainda condicionada por “uma crise económica muito significativa, que reduziu a capacidade financeira das famílias e a mobilidade dos alunos”, o que penalizou os estabelecimentos de ensino superior mais afastados das grandes áreas urbanas. “Houve uma contração da procura a nível nacional, mais sentida em regiões com menor pressão demográfica, como a nossa. Depois, a notícia da existência de menos alunos contribuiu para reduzir ainda mais a procura”.

É nesse ano que o ciclo se começa a inverter,

em resultado do crescimento da atividade económica, mas também da aposta numa “comunicação diferenciada”, já que “não basta fazer as coisas bem feitas”, é preciso que a comunidade o reconheça. “Por outro lado”, sublinha Luís Loures, “apostámos muito numa capacitação em termos de investigação, inovação e desenvolvimento que resultou num crescimento exponencial do ponto de vista da investigação, o que contribuiu muito para garantir a sustentabilidade financeira do Politécnico e para dar visibilidade ao nosso trabalho e à capacidade instalada”.

Em resumo: “A qualidade e a excelência do ensino nunca estiveram em causa, mas é preciso que os alunos sintam isso e que, quando vão para o mercado de trabalho, sejam reconhecidos porque a instituição onde fizeram a sua formação também é reconhecida”.

Por essa altura, em 2017, Luís Loures era vice-presidente do IPP, então presidido por Albano Silva. Recorda que a instituição começou a ganhar projetos internacionais, no âmbito do Horizonte

20/20, um programa comunitário para a investigação e inovação. “Nos primeiros três anos passámos de um investimento inicial em investigação de 1,6 para mais de 10 milhões de euros e continuámos sempre a crescer. Isso deu-nos um reconhecimento nacional e internacional que ajudou a tudo o resto”. Por resto entenda-se não só o crescimento do número de alunos, mas também os resultados. “Se calhar, em 2014/15 tínhamos dos piores resultados ao nível das colocações no concurso nacional de acesso. Agora somos das instituições do interior com melhores resultados. É assim como a dinâmica do futebol, se for de vitória os golos acabam por acontecer”.

Já por aqui se disse que cerca de 70% dos alunos do IPP são oriundos de outras regiões do país, que não o Alentejo. O problema é que a região, como todo o interior, “tem uma capacidade de fixação de talento relativamente reduzida, e também tem uma capacidade de atração de talento relativamente reduzida”. O resultado é o despovoamento.



PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E ENERGIA

Nos últimos seis anos, o investimento do Instituto Politécnico de Portalegre em projetos de investigação subiu de 1,6 para cerca de 33 milhões de euros.

De acordo com Luís Loures, 80% desse financiamento “está centrado” nas áreas da produção sustentável, muito ligada à agronomia e veterinária, e na da energia, “seja a valorização energética de resíduos, sustentabilidade, produção de biocombustíveis e reutilização de biomassa”.

“São dois fatores críticos para o crescimento e afirmação de qualquer região”, sublinha o presidente do Politécnico, referindo que vários estudos provam que “em cada 10 jovens que vão estudar para uma grande cidade, como Lisboa ou Porto, só dois acabam por regressar” ao território onde residiam. “É que essas grandes cidades, para além de terem uma capacidade de oferta de emprego muito superior, têm a oferta de um conjunto de serviços, até na saúde, serviços culturais... que chega a ser difícil de comparar”.

Para tornar o interior, “que tem uma qualidade de vida extraordinária”, mais atrativo para os jovens, há que contar com fatores que dependem de uma estratégia regional ou local, como a habitação, mas também com um conjunto de fatores exógenos, “sobre os quais nada podemos fazer”, que condicionam a decisão de uma família se instalar, por exemplo, em Portalegre, em vez de o fazer no litoral.

Veja-se o caso da saúde. “Temos o Serviço Nacional de Saúde, mas não há oferta privada. As

peças têm seguro de saúde ou ADSE, mas quando não se consegue resposta no SNS é preciso ir a Lisboa ou a Évora, gastar muito mais dinheiro e perder um dia de trabalho para ter acesso a uma consulta de especialidade”.

Quanto ao que a região pode fazer, Luís Loures lembra, por exemplo, que em Lisboa “um estudante não paga transportes públicos, mas em Portalegre tem de pagar 50% do preço do bilhete”, ou o problema do alojamento dos estudantes do ensino superior. Apesar do Politécnico a que preside ter um ‘campus’ de três hectares onde poderia ser construída uma residência de estudantes, a Câmara decidiu fazê-la no centro da cidade, pois terá um “impacto diferenciador e positivo” na dinamização da cidade e até no comércio.

“O problema”, sublinha o presidente do IPP, “é que debatemos com o Município há sete anos, não é há sete meses, é há sete anos, a criação de uma ciclovia que ligue a cidade ao ‘campus’ e isso ainda não foi feito. É um pequeno exemplo de medidas que só dependem da nossa boa vontade”.

Para o Politécnico de Portalegre não se trata de um problema menor. O preço da habitação “disparou”, tornando mais difícil encontrar soluções de arrendamento para os estudantes universitários. “O ano passado, só na primeira fase do concurso de acesso, perdemos cerca de 50 alunos pela falta de habitação. Uma cidade como Portalegre não se pode dar a esse luxo. Estes alunos são fundamentais para o desenvolvimento das regiões”, lamenta Luís Loures, garantindo que o problema, a médio prazo, ficará “minimizado”, sendo a rede de residências ampliada em quase 200 camas através de projetos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência, num investimento global de 8,3 milhões de euros. Em Elvas, o Município está a concluir uma nova residência, que permitirá o alojamento de 80 estudantes.

ALGARVIO “POR FATALIDADE”

Duplamente licenciado pela Universidade do Algarve, em Arquitetura Paisagista e em Agronomia, doutorado em Planeamento, com uma parte significativa do seu trabalho de investigação feito nas Universidades de Michigan (Estados Unidos) e Toronto (Canadá), Luís Loures nasceu em Faro, em março de 1982. Algarvio por “fatalidade”, diz-lhe o pai, pois toda a família é da aldeia de Santa Luzia, no concelho de Ourique. “A minha irmã ainda nasceu em Beja, eu já fui nascer a Faro, pois os meus pais mudaram-se para o Algarve”.

A vinda para o Alto Alentejo, essa, diz ter sido “obra do destino” pois, uma vez concluído o doutoramento nos Estados Unidos, e depois de uma passagem por Lisboa, surgiu a oportunidade de trabalhar no IPP. “Quem conhece a qualidade de vida no Alentejo e já viveu em Lisboa, sabe facilmente que é melhor viver aqui. Somos donos do nosso tempo e, apesar dos transportes públicos não serem os mais adequados, Lisboa não fica assim tão distante”. Nem que seja para ir ao Estádio da Luz, lugar de peregrinação como todo o benfiquista bem sabe. Em setembro de 2021 foi eleito presidente do Politécnico. Por unanimidade.

A última entrevista de Ana Paula Amendoeira, antes da extinção da Direção Regional de Cultura do Alentejo. Como ficamos todos nós, alentejanos, sem a tutela da Cultura?
Alexandre de Barahona (texto e fotografias)

Uma voz no silêncio

Como é usual, preparei-me naturalmente para a presente entrevista, entre leituras várias e troca de impressões com inúmeras pessoas. Mas, por uma vez, decidi com o fruto dessas conversas confrontar Ana Paula Amendoeira, que cessou funções no final de dezembro, como no mesmo momento a Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRCA) fechou as portas, por decisão governamental. Abri dizendo-lhe, “estranhei, porque não ouvi ninguém a criticá-la, todos foram unânimes em lhe tecer elogios. Então, temos aqui um problema?”

Encarou-me meio divertida, meio incerta pela entrada em conversa. Insisti: “Concorda que não é normal, numa terra onde todos dizem mal de todos?”... Ana Paula Amendoeira graceja do meu sarcasmo, e responde contrariando-me: “Foi uma amstra favorável e fico admirada, porque na verdade deve haver muita gente, muita mesmo a dizer mal de mim”.

Esclarecendo: “O cargo que ocupei implica tomar opções. Procuo sempre reunir toda a informação possível sobre a complexidade dos assuntos, das pessoas, das instituições e matérias relacionadas, de forma a ser justa em cada decisão”. Vai mais longe: “Sempre me preocupei em prestar explicações, às vezes ao detalhe”, sustentando aos interessados as decisões que tomou.

“Com base na lei, antes de mais. Não poderia ser outra a base das respostas”. Mas também as suas firmes convicções humanísticas, referindo diversas vezes Emanuel Kant “o imperativo categórico daquele filósofo alemão, defendendo que devemos agir em cada momento, como se aquela escolha fosse a melhor, para toda a Humanidade. Ou seja, bem distante dos nossos interesses, das agendas ou dos gostos pessoais”.

Insistindo que “os fundamentos de cada decisão precisam de ser seguros, rigorosos e muito transparentes. Muitas vezes não temos os meios e temos de fazer mais com menos”. E, prosseguindo, enumera como no exercício das suas funções com a equipa da DRCA e com os poucos meios disponíveis foram travados muitos processos lesivos para os valores patrimoniais no Alentejo. “Por força da classificação de património como Monumento Nacional,

Monumento de Interesse Público e respetivas zonas de proteção, temos de dar parecer a todas as intervenções que aí são projetadas. Isso implica que praticamente em todos os concelhos do Alentejo temos de nos pronunciar e essa é uma das missões mais importantes que temos e talvez a mais complicada e complexa. Porque choca com os interesses das pessoas, dos projetos e empreendimentos, muitas vezes do setor do turismo, e compatibilizar todos os interesses em presença, defendendo e pondo acima de todos o interesse público. As pressões são muitas e os meios, volto a frisar, muito escassos incluindo os meios humanos com uma reduzidíssima equipa para dar resposta a tantas solicitações. Por essa razão os prazos de resposta nem sempre são cumpridos infelizmente e o serviço que se presta aos cidadãos fica em causa”.

Procuram sempre, assegura Ana Paula Amendoeira, aprovar as propostas de intervenção com o cumprimento de condicionantes que assegurem a salvaguarda dos valores patrimoniais em causa. Preferindo dizer que sim, com condicionantes, do que dizer que não. “Mas muitas vezes não é possível e os projetos têm de ser corrigidos, reformulados, sempre para que o impacto seja o menor nos valores patrimoniais”. Lembra que há promotores que chegaram a alterar três vezes, ou mais, os projetos, “o que lhes dá trabalho, gastam tempo e dinheiro, mas da nossa parte há também um investimento muito forte de tempo, de reuniões com as equipas projetistas, de sensibilização e pedagogia”.

Porque muitas vezes, demasiadas vezes confirma Ana Paula, os processos chegam mal instruídos, e sem cumprirem a Lei de Bases do Património, nem os respetivos decretos regulamentares. “Muitas vezes chegam-nos propostas completamente inaceitáveis do ponto de vista legal. E até do mais elementar bom senso”. Admite que a pressão sentida nos serviços é grande, mas que ela faz parte da natureza da sua missão, e orgulha-se de “ter uma quota parte de responsabilidade, naquilo a que muitos gostam de chamar a qualidade urbanística do Alentejo”.

Por vezes, nas reuniões onde a pressão é maior, costuma referir por graça que “mesmo que

fosse o Papa Francisco, a pessoa que mais admiro, a propor a intervenção, não poderíamos aprovar por ser contra a lei”.

A sua civilidade, os seus modos singelos e desinteressados intrigaram-me quando a conheci no seu escritório da DRCA, sem saber se estaria diante de uma intransigente diretora, ou de uma individualidade alinhada com robustos valores e crenças. Todos temos uma ideia sobre em que consiste a área da saúde, da agricultura, da economia, contudo quando falamos de cultura, adivinha-se uma noção de vacuidade e efémero na compreensão da maioria das pessoas. Ana Paula Amendoeira recorda uma carta trocada entre Paul Valéry e Sigmund Freud, onde mencionam, após a I Guerra Mundial, que na Europa as sociedades “ganharam a noção de que somos mortais”. A mortalidade aqui aponta à cultura, à identidade na Europa.

Data de há um século essa necessidade de unir, para prolongar, escrevia Valéry que a tomada de consciência da morte da cultura europeia é a fatia essencial da crise na Europa. É a semente do paradigma que germina com a fundação da Unesco, onde notáveis como Henri Bergson, Marie Curie, Einstein, entre outros convidados, indicam que a construção e manutenção da paz no mundo passa inexoravelmente pela cultura e pela educação.

Será possível construir a paz através da cultura? “Não sei se bastará, mas sei que sem a cultura nunca conseguiremos construí-la, conservá-la”, remata Ana Paula Amendoeira. “É fabuloso pensar como estas pessoas tão extraordinárias se permitiram sonhar, ao acreditarem nesta solução: a institucionalização da cultura, enquanto área de governança dos estados, como contributo essencial para a construção da paz. Hoje falta-nos gente assim”, escapa-lhe o lamento.

CULTURA ELITISTA VERSOS CULTURA POPULAR

Por norma, a cultura popular é voluntária, e acessível. É a transmissão dos valores e costumes de um povo, compreensível a todos os interessados.



Por outro lado, a cultura dita elitista, mais intelectualizada, tem o seu público junto das camadas sociais mais elevadas. Ou intelectuais. Um belo exemplo é a ópera, que antigamente era exibida nas feiras e teatros populares, e hoje se restringe aos grandes teatros. A nossa interlocutora vai mais longe: “Ninguém fala nisto, mas há pessoas que não entram num museu, ou em uma biblioteca, porque não sabem fazê-lo. É um problema de violência simbólica”.

Refere-se Ana Paula Amendoeira ao aparato de erudição travestindo uma boa parte do universo de âmbito cultural. “Devemos a Pierre Bourdieu a noção de violência simbólica. É a forma como se organiza uma invisível exclusão das pessoas, muitas vezes involuntária, fruto de uma vasta feira de vaidades em que a cultura é instrumental, nesse sentido”.

Poderá essa negação ao mundo da cultura, condicionar a existência de pessoas cultas? A antiga diretora regional recusa: “Uma pessoa com uma relação forte e madura com aquilo que a rodeia, e que lhe permite viver com o que ainda não compreende, tendo consciência disso mesmo... isso é ser culto. Escutar o outro, ceder-lhe o lugar, são formas cultas de nos relacionarmos em sociedade. Não basta saber ler línguas mortas, ou utilizar diplomas como pedestais”.

Relembra José Cutileiro, segundo o qual “ser culto é ser de um sítio”. É saber de onde se vem, conhecer as suas raízes. “Vimos sempre de algum lugar. Estar consciente disso, como reflexão interior, é capital para lidarmos com o que desconhecemos visto que temos um eixo que nos permite abirmo-nos ao outro sem nos descaracterizarmos sem perdermos o nosso centro a nossa capacidade de nos apropriarmos do nosso próprio destino”.

Escuto-a, e questiono-me sobre o meu nível de cultura. Ou se relaciona o seu conceito de cultura, com a identidade. “Sim creio que sim,” responde. “A identidade permite-nos ser nós próprios, e estarmos abertos ao que vem. Essa é a verdadeira liberdade”. Estamos aqui a dissecar, na essência do ser, do pensamento e da palavra.

Curiosa e, no entanto, verdadeira, a sua analogia de André Malraux, que foi ministro dos Assuntos Culturais (entre 1959/69) em sucessivos governos conservadores de Charles de Gaulle (França). Ele influenciou em uma década o pensamento cultural, permitindo a razão de aparecerem os ministérios da cultura por essa Europa fora.

Será que subsiste distinção entre o conceito de cultura da direita e outra cultura da esquerda? Ana Paula Amendoeira é perentória: “Sim, genericamente, na nossa sociedade penso que existe essa percepção embora atualmente mais esbatida. Em Portugal, depois do 25 de Abril, houve uma institucionalização dessa ideia, de que a cultura seria uma preocupação política quase exclusiva da esquerda. E notou-se que alguns setores do centro-direita demonstravam menos à-vontade com a área da cultura, inclusivamente nas tutelas, porque por vezes, em governos mais à direita nem ministro ou Ministério da Cultura havia. Se bem que com uma secretaria de Estado se possa também desenvolver muito trabalho, como ocorreu por exemplo com Vasco Pulido Valente ou com Teresa Patrício Gouveia, nas redes de leitura, das bibliotecas, com quem tiveram um enorme impulso, ou com José Afonso Furtado”.

“Os governos de esquerda na área da cultura”, prossegue, “preocupam-se, em termos gerais, em dar mais meios, para a criação e democratização culturais”. Tivemos um caso extraordinário com o Ministério liderado por Manuel Maria Carrilho, de visão integrada e integradora da tutela da Cultura com uma dotação financeira correspondente e bem pensada, o Plano Operacional da Cultura... Há setores na nossa sociedade onde subsiste, erradamente, a meu ver, uma certa desconfiança com os subsídios à cultura como se o dinheiro público fosse ali mal gas-

esquerda como alfa e ómega para resolver problemas em sociedade se não assegurarmos a montante uma série de condições pois, “boa parte dos problemas do país, hoje, não são essencialmente do domínio da ideologia, são do domínio da ética, ou da falta dela, da falta de respeito pelo interesse público, da falta de vergonha na cara e como se depauperaram recursos que são de todos. O interesse público é o de todos nós, não o de quem detém cargos ou poder”.

“O poder num estado de direito democrático como é o nosso”, acrescenta, “deve servir apenas

ficando ligeiramente corada e contesta prontamente: “Ai! por favor, não escreva isso! Deve ser de alguma pessoa que é com certeza minha amiga... ou então vem de alguém, que se considera meu inimigo e me quer mal!” (risos). Visivelmente embaraçada, vira o “bico ao prego”, cortando para o assunto do desaparecimento da Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRCA), “a racionalização dos gastos da administração pública, é onde (dizem) também se baseia essa decisão. Se bem que não vejo onde obterão essas reduções de custos, nem consigo adivinhar o futuro da política cultural no Alentejo”.

E repete falar isenta de benefício, porque terminaria sempre a sua comissão de serviço em dezembro passado. Disto isto, Ana Paula Amendoeira lamenta a extinção das Direções Regionais de Cultura, antes de mais porque desde o início do regime democrático que existe interlocutor da área governativa da cultura na região e que agora vai desaparecer. É um retrocesso. “Agora muitas das competências que existiam na região vão ser centralizadas, e só uma parte irá para as CCDR. Ora como pode uma região beneficiar ao retirarem-lhe competências em vez de as reforçarem?”, questiona. O nosso país, insiste, “tem uma fraquíssima tradição de avaliação de políticas públicas, de desempenho dos organismos criados, as reformas fazem-se porque se acha isto ou aquilo, sem avaliações do desempenho, internas ou externas”.

Neste ponto da conversa, recordo-me do início da mesma, onde menciona as várias reprovações de projetos, em prol da lei e em defesa do nosso património histórico, regional e cultural. A redução da independência, as centralizações dos serviços terão tendência a favorecer outros interesses, digo eu. Outros, que não os do interesse público.

CAPITAL DA CULTURA

Outra problemática, com a proximidade do Évora 27, a comissão e futura associação perderam por via da sua extinção, a DRCA. Admitindo a evidência, Ana Paula Amendoeira confia no grupo que foi formado onde, diz, “ao longo de muitas e muitas horas de discussão foi possível reunir visões e um consenso alentejano”. Agora é preciso ganhar o próximo desafio. “Sim, na raiz a cidade seria o espelho da região e identidade do Alentejo”, explica. “Évora 27 deve ser algo mais que uma simples agenda cultural, com espetáculos ao longo de um ano, deve ser um projeto transformador a partir da nossa história e da nossa cultura humanista”.

Na sua opinião deveriam coexistir inúmeros projetos de pensamento crítico para expor à Europa, comunicando a nossa cultura. Projetos que “partam daquilo que somos, como região. Incluindo a história, mas também a nossa atualidade, o conhecimento tradicional que ainda temos na região, na paisagem cultural, na arquitetura, na agricultura, o problema das migrações e os novos escravos que temos na região à frente de todos como se fosse normal, enfim, tudo aquilo que a região pode e deve pensar, estruturar, organizando uma rede de controvérsias, crítica, mas construtiva levar o nosso contributo com uma proposta alternativa às alternativas que sempre nos apontam e nós temos mesmo alguma coisa para acrescentar. O Alentejo tem esse golpe de asa”.



to. O erro está em chamar subsídios quando é falamos de cultura e investimento quando é nos bancos ou no turismo, por exemplo. Ora, “o dinheiro gasto na cultura não é uma despesa, é um investimento, nas crianças do presente e adultos do futuro. As pessoas são mais importantes que as ideias e que as ideologias. Uma pessoa deve ser considerada na sua inteireza”, arruma Ana Paula Amendoeira com a questão da intervenção direta da política na cultura.

Declara-se uma pessoa sem partido, nunca pertenceu e provavelmente nunca a algum pertencerá. E no estado em que nos encontramos refuta a falácia do dualismo, do preto e branco, da direita e

para servir os outros com transparência e tomar decisões totalmente escrutináveis. Essa é uma condição ‘sine qua non’ para depois vir a ideologia, que é ter propostas diferentes para resolver os mesmos problemas, aí sim entra a esquerda, o centro, a direita inteiramente legitimados pela liberdade de pensamento e proposta, numa democracia. É também uma questão de boas vontades no sentido mais filosófico da expressão”.

A propósito de boas vontades, alguém me confidenciou que se estivéssemos noutro país, diferente, a Ana Paula Amendoeira chegaria a ministra da Cultura, e digo-lho. Solta uma franca gargalhada,

A arte de bem trabalhar o ferro

Começou por “curiosidade”, tomou-lhe o gosto e não mais parou: a arte de Manuel Fontainhas é a de bem trabalhar o ferro.

Até em esculturas de grandes dimensões.

Francisco Alvarenga (texto) e Gonçalo Figueiredo (fotografia)

Conta Manuel Fontainhas, 55 anos, que foi a curiosidade que o levou a trabalhar o ferro. Primeiro a pedra e a madeira, depois o ferro. “Ainda fiz algumas peças em mármore, mas poucas”. Depois, bem, depois foi experimentando o ferro, numa altura em que “havia aí muita decoração por fazer, as pessoas compravam muito”. Candeeiros, camas, cadeiras, mesas, peças utilitárias procuradas pelos “novos alentejanos” que se começavam a instalar na região. É verdade que o pai também deu uma ajuda, “era serralheiro, mas eu nunca quis aquele tipo de trabalho”, mais especializado em portas ou gradeamentos. “Fui por outro caminho”.

Enquanto avançava com o fabrico de peças utilitárias aproveitava para experimentar outros caminhos, para desenvolver uma vocação mais artística, esculturas feitas em ferro que, por sinal, até é um material “desafiante”, em que o limite está na capacidade criativa de cada um. “O ferro é muito elástico, dá para fazer tudo... a gente põe, vai por um caminho, volta a fazer. Começo a executar uma ideia, depois percebo que não é bem aquilo que pretendo e há sempre a possibilidade de cortar, voltar a montar, voltar a fazer”, refere Manuel Fontainhas, garantindo que, bem vistas as coisas, o ferro “até oferece mais possibilidades que a madeira ou a pedra”.

E, sim, é mesmo a componente artística aquela que mais valoriza, a que mais lhe interessa desenvolver. No restaurante Cadeia Quinhentista, em Estremoz, são suas diversas peças, do balcão às mesas e cadeiras. “Foram peças desenhadas por um arquiteto e feitas por mim”. Sendo que as suas próprias criações, por norma, não surgem de um desenho prévio, vão nascendo à medida que são moldadas. “Imagino-as e vou fazendo. É muito raro pôr em desenho. Vou pensando nelas, executando e a verdade é que nunca acabam como foram idealizadas, muda muita coisa”.

É como se as peças fossem ganhando vida. “As coisas vão aparecendo, dá-me muito gosto imaginar a peça e depois vê-la terminada pois até na fase de construção vamos aprendendo com os desafios que temos de superar. Utiliza-se uma téc-

nica, depois outra porque aquela não está a funcionar muito bem... no fundo, é como sucede em todos os trabalhos artísticos, todos têm os seus problemas que a experiência ajuda a superar”.

A sua arte, essa, pode também ser vista por aí, em espaços públicos. Conjuntamente com o colega Jorge Frazão terminou recentemente a escultura de um lagostim em ferro, de grandes dimensões, colocado na praia fluvial das Azenhas d’El Rei, em Montejuntos (Alandroal).

Falamos de uma peça a três dimensões, em ferro, com cerca de três metros de comprimento e uns 270 quilos de peso. “Se fosse só a silhueta teria sido muito mais simples de executar, seria só cortar. Estas peças em três dimensões exigem muito mais trabalho, as proporções têm de ser as corretas, é preciso manter alguma coerência para que uma pessoa,

ao olhar para a peça, perceba o que está a ver”. Neste caso foram dois meses de trabalho. Concluído o lagostim, os dois andam agora às voltas com uma libélula, também a três dimensões, e com um outro projeto, ainda mais desafiante, para uma escultura com cerca de seis metros de altura. “Não posso contar pormenores”, refere.

Em outubro do ano passado foi inaugurada outra das suas peças de arte pública. O monumento “Redondo é Música”, colocado numa das entradas da vila, foi uma criação da artista Helena Parreira, mas a estrutura em ferro, uma enorme nota de música, essa conta com a assinatura de Manuel Fontainhas, tal como são suas as três silhuetas de jogadores de rãguebi, colocadas em Juromenha. “Todos os dias vamos aprendendo”, conclui.



Carlos Fino, o regresso a casa

É, ainda hoje, um dos rostos mais conhecidos da televisão portuguesa. Correspondente da RTP em Moscovo, Bruxelas e Washington, Carlos Fino acompanhou de perto guerras e revoluções. Correu mundo. Já retirado, decidiu regressar a casa. A Fronteira.

Luís Godinho (texto) e Gonçalo Figueiredo (fotografia)



Não, Carlos Fino não nasceu em Fronteira. Quis o destino que nos idos de 1948 a sua mãe fosse passar o Natal com os padrinhos de casamento, a viverem em Lisboa. Inesperadamente, no dia 24 de dezembro entrou em trabalho de parto. E o rapaz lá acabou por nascer na Maternidade Alfredo da Costa. “Foi um acidente”, desabafa o jornalista - não escrevo ex-jornalista pois esta é uma profissão que se entranha. “Nada disso estava previsto, mas foi assim que aconteceu”.

Nascido, portanto, na freguesia de “S. Sebastian da Pedreira”, como elucida o certificado emitido em fevereiro de 1972 pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, é na vila de Fronteira que tem as suas “raízes”. Todas elas. Foi aqui que passou a infância e boa parte da adolescência, daqui saindo após completar o então 5.º ano, “pois não havia outra possibilidade” de continuar os estudos.

As memórias desse tempo são muitas. “Tenho recordações de tudo, desde as coisas mais

triviais, como a escola, as brincadeiras na rua, os jogos com uma bola de trapos, e depois... ir tratar das oliveiras com o meu avô”. Avô que era proprietário da Pensão Central, na Rua da Lagoa, ali a dois passos do colégio onde também haveria de estudar. “Lembro-me de tudo, das primeiras letras que aprendi com a professora do pré-escolar, dos serões à lareira em cadeirinhas alentejanas, do começo da adolescência com o primeiro amor, o primeiro encantamento, aliás não correspondido”. Muitas horas passou o rapaz frente à casa de Rosa Maria e ela, bem, ela nem sequer aparecia à janela.

“E lá estou eu”, conta Carlos Fino, “lá estou eu a atravessar a parte feminina do colégio, porque os recreios eram separados, rapazes de um lado, raparigas do outro, para entregar à Rosa Maria um livro com amores perfeitos, perfumado, e o padre [Manuel] Baleiras vir e dar-me um grande puxão de orelhas e uma bofetada”. Castigo menos penoso que a indiferença da amada,

ainda para mais sendo ele um artista com carreira já reconhecida. Artista? “Comecei tinha uns quatro ou cinco aninhos, havia um grupo de teatro amador na vila, no qual os meus pais participavam, e acharam que eu tinha alguma vocação para animar o público”.

Chegada a altura do intervalo, corrido o pano para mudança de cenário, eis o rapaz a declamar versos feitos pelo senhor Dominginhos, que além de vender sorvetes tinha uma veia artística, como todos os alentejanos. Ou quase todos. “Não sabem quem eu sou/ Então aqui vai/ Eu sou o filho Fino/ Filho do Fino pai”. E, depois, mais uma poesia. E outra ainda. “A planta pode nascer ali ao lado, mas se eu a trouxer para este terreno ela é daqui”. E, sim, nascido em San Sebastian da Pedreira, Carlos Fino, “filho de Fino pai”, neto do dono da Pensão Central, é alentejano de Fronteira.

Tanto assim é que foi precisamente aqui, “na poesia do Alentejo”, com o varredor de rua a



ABRIL EM MOSCOVO

Carlos Fino chegou pela primeira vez à então União Soviética em novembro de 1973. É ali que vive o 25 de Abril, “agarrado a um velho rádio militar russo”.

Não o deixam regressar. “Entre a burocracia de cumprir o contrato e dar ensejo a um militante de desfrutar a alegria da liberdade para a qual tinha contribuído, a preferência foi para o compromisso com a Rádio Moscovo”, lamenta.

“É uma mágoa que levo comigo”.

fazer versos ao alfaiate que morava em frente, e com este, também encenador do grupo de teatro, a ripostar igualmente em verso, com as pessoas que passavam na rua e com as outras que paravam na cozinha da pensão para dois dedos de conversa, com o professor da escola que ali se suicidou, com o velho republicano que chegava aos fins de semana com jornal “República” debaixo do braço a dizer que “até o Papa, até o Papa já diz mal do Salazar”, foi precisamente aqui que nasceu a sua vocação jornalística. Aquela que haveria de fazer dele um dos nomes maiores do jornalismo português.

Foi tudo isso e a Igreja. “A Igreja teve muita influência, não pela mensagem, desde logo porque ainda sou do tempo das missas em latim e não percebia nada. As pessoas estarem ali era toda uma formalidade, mas encantava-me a capacidade que o padre tinha de falar”. Não teria mais de seis anos quando entrou na Matriz de Fronteira, estando esta vazia, para espreitar o sa-

crário, “fiquei muito desencantado pois não havia segredo nenhum”, e para subir ao púlpito, olhando de frente toda aquela nave. “Encantava-me com a possibilidade que o padre tinha de falar”.

Já na pensão, junto à lareira, lembra-se bem de subir para uma cadeirinha vermelha, colocar às costas o avental das criadas, - “agora não se diz criadas”, adverte - e começar a “imitar o padre, declamando qualquer coisa, fingindo que falava latim, e depois pedia a Deus Nosso Senhor que trouxesse chuva para as favas do meu avô”.

Anos depois, novo “sinal dos céus”, no que à vocação jornalística diria respeito. Em meados da década de 50, a vila de Fronteira vive uma grande novidade tecnológica, com a instalação de um sistema sonoro na igreja - microfones no altar, umas colunas por ali espalhadas... e o encantamento do rapaz a aumentar.

“A participação na Casa do Povo, nos intervalos do teatro, o deslumbramento pela comunicação, tudo isso foi determinante para a minha vocação jornalística”. Isso, e também a “procissão de personagens” pela pensão dos avós, tal como a greve contra o trabalho de sol a sol nos campos do Alentejo. “Foi no final dos anos 50, a GNR a cavalo correu comigo para dentro de casa. Tudo isso se juntou para me empurrar para o jornalismo”.

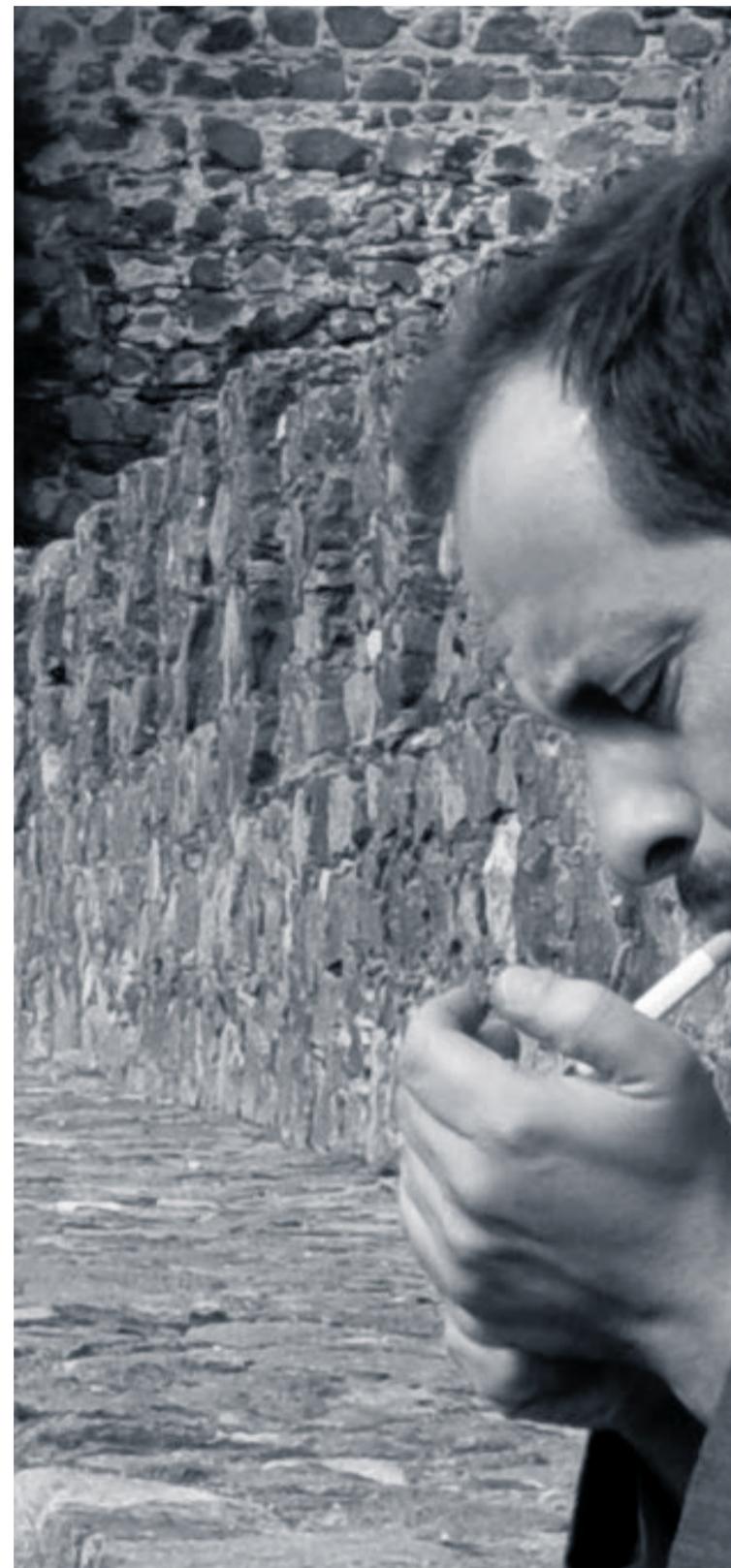
Aliás, acrescenta Carlos Fino, a sua relação com os jornais já era intensa, pelo menos do ponto de vista do leitor. “Era eu que ia buscar os jornais perto da farmácia. A carreira da Setubalense parava ali, os condutores almoçavam na pensão e, junto com a carreira do meio-dia, vinha um molho de jornais que eu desembrulhava, distribuía pelos assinantes e também vendia. Cheguei a vender jornais”. Era o tempo da “República”, de “O Século”, do velho “Diário de Notícias”, de “A Bola”, entre outros. Títulos que distribuía, mas que também lia. “Lia umas notícias que me intrigavam muito, era só uma colunazinha escondida lá numas páginas interiores a dizer que o senhor fulano tal tinha sido preso e condenado no Tribunal da Boa Hora a não sei quantos anos de cadeia. Depois comecei a relacionar as coisas, a repressão política, e também ouvia muita rádio”.

A chegada a Lisboa, aluno da Faculdade de Direito, foi um “choque”, era todo um mundo novo. Daí à sua participação da Associação Académica foi um instante, membro da direção com o pelouro das finanças e da propaganda, fazedor de cartazes, opositor ao regime, membro do PCP, em resultado “destas circunstâncias todas, da memória da miséria do Alentejo, da memória da perseguição aos trabalhadores no Alentejo, da memória da GNR a correr comigo para casa à espadeirada”. E também do cinema e da literatura, dos grandes autores russos, e do Partido Comunista Francês. Interrogado pela PIDE uma primeira vez, volta a ser procurado pelo inspetor Passos, ali onde morava, Castanheira do Ribatejo. A fuga dá-se por Chaves, passaporte falso, óculos “fundo de garrafa” como único disfarce. Depois o exílio, Paris, Bruxelas e o estágio de um ano na Rádio Moscovo. É lá que vive a Revolução de Abril. É lá que se desilude com o PCP. É ali que inicia toda uma vida dedicada ao jornalismo.

A BD chegou à Academia Nacional de Belas Artes

É há muito uma referência no universo da banda desenhada. E fora dele. Agora, Paulo Monteiro, responsável pelo Festival Internacional de BD de Beja, torna-se membro da Academia Nacional de Belas Artes. É a primeira vez que tal acontece com um autor de banda desenhada.

Júlia Serrão (texto) e Francisco Paixão (fotografia)



A integração da banda desenhada na Academia Nacional de Belas Artes é o reconhecer do seu contributo à cultura portuguesa, diz Paulo Monteiro. “É uma designação muito importante, essencialmente em termos académicos, pois permite abrir a Academia a uma arte que, de outra forma, teria muita dificuldade em entrar em certos circuitos”. Nota que Portugal foi um dos primeiros países do mundo a ter BD, existindo atualmente um corpo académico “muito bem fundamentado por algumas pessoas com muita capacidade”.

O nome do mais novo membro da Academia também é sinónimo de talento. Paulo Monteiro é uma referência no universo da banda desenhada, e fora dele, como autor e como responsável pelo Festival Internacional de BD em Beja. Está na direção desde a primeira edição em 2005, e na sua preparação. “Podemos dizer que o festival começou em 1996 quando foi criado o Toupeira, o atelier de banda desenhada”, nota, referindo a publicação de muitos fanzines na altura, bem como a presen-

ça em exposições e alguns festivais.

Daí resultaria a criação de uma BDteca e do Festival, um dos maiores e mais prestigiados a nível nacional, que se pauta por ser uma mostra de todo o tipo de banda desenhada e juntar “os autores mais famosos do mundo e os desconhecidos, que são tratados da mesma maneira”, tanto a nível do alojamento como do tempo de intervenção no festival. Tem ainda a particularidade de pedir aos autores “40 minutos de conversa” com os leitores “e uma hora e meia de autógrafos”, o que lhes agrada muito. “Tenho experiência como autor e sei que não é muito comum”, realça.

O autor de BD é também o mentor do primeiro museu em Portugal para contar a história da nona arte, que vai nascer em Beja até 2025, sendo a proposta do projeto museológico da sua responsabilidade. Sem ousar uma data para a abertura, adianta que o acervo está reunido: “Temos mais de 1500 pranchas com muitas dezenas de artistas desde o início do século XX até agora, alguns ar-

tistas fantásticos para a história da BD portuguesa e muitos originais do Carlos Botelho, Eduardo Teixeira, José Rui e Fernando Bento”, entre muitos outros.

A responsabilidade do museu acontece no âmbito da sua formação superior em História de Arte, curso que escolheu depois de grandes hesitações, pois tinha “vontade de fazer vários diferentes”, e não conseguia decidir-se.

Começou por inscrever-se em Belas Artes porque desenhava desde sempre, mas desistiu. Licenciou-se, fez uma pós-graduação em História de Arte, trabalhou na área e em Arqueologia, e iniciou uma breve carreira museológica no Museu Rainha Dona Leonor. Na sequência da apresentação do projeto da BDteca e a da realização do Festival à Câmara de Beja, saiu do museu para integrar os quadros do município como responsável pela biblioteca especializada em banda desenhada.

Paulo Monteiro nasceu em Vila Nova de Gaia. A partir dos 13 anos começou a ilustrar fanzi-



Lisboa e já era ilustrador – trabalhou na revista da Rua Sésamo, para crianças –, quando concorreu a uma bolsa que ganhou e o trouxe para Beja, tinha 23 ou 24 anos. Desistiu de tudo em Lisboa. “Achei Beja tão espetacular que já não quis voltar”, confidencia. Começou por trabalhar no museu, ficando responsável pelo serviço educativo. “Fazia um jornal, muito atelier de banda desenhada, azulejaria... Enfim, foi uma época extraordinária na minha vida”.

MÃO-CHEIA DE PROJETOS

O responsável pelo maior Festival de BD do país confidencia que gostava da região desde criança. “É engraçado porque sempre tive o sonho de vir viver para o Alentejo, por qualquer motivo. Então, foi uma coisa natural vir para cá”. Teve várias oportunidade de trabalhar em muitos outros sítios, dentro e fora de Portugal, mas nunca quis sair de Beja. Aprecia as pessoas, as rotinas, sente-se em casa. “Gosto de ir ao café e ficar no mesmo sítio onde fico sempre, ir pelas ruas que acho mais bonitas e onde vou sempre, tenho sítios das minhas paisagens favoritas onde vou de carro muitas vezes”.

Não pensa muito onde estará nos próximos anos, mas quando o faz vê-se a continuar na cidade. “Gosto muito de passear, viajar e conhecer outros sítios, mas Beja é uma coisa que está enraizada. Vim era um moço de 23 anos, tenho 56, estou aqui há mais de 30 anos. Já tenho um filho bejense. Beja é, na verdade, a minha cidade”.

Os dias de Paulo Monteiro são muito preenchidos, entre imensos projetos. Além dos que realiza no âmbito municipal, está a preparar a criação de uma BDteca em Luanda e outra em Guiné-Bissau, a terminar um livro para ser distribuído pelos países de língua francesa, nas universidades com o estudo de português, com indicação onde os estudantes podem ler em português na área da BD, e a preparar uma exposição.

A nível pessoal, está a realizar o livro “Estrela”, cujo projeto lhe valeu uma Bolsa de Criação Literária do Ministério da Cultura na área da banda desenhada, em 2019. Paralelamente, prepara um ciclo de conferências para as Belas Artes, que há de fazer também em Beja, “onde se possa abordar vários movimentos, várias épocas e vários artistas, com o objetivo de divulgar os autores de banda desenhada, de uma maneira geral, no meio académico”, explica.

Ao longo da sua carreira artística, publicou diversos livros de banda desenhada, como “O Amor Infinito que Te Tenho” (Polvo, 2010), “Mariana” (Panóplia d’Encantos, 2019) e “Um Homem sem Medo” (Associação Cultural Fialho de Almeida, 2021). Com grande repercussão em Portugal e no estrangeiro, o título “O Amor Infinito que Te Tenho” venceu vários prémios em Portugal, Espanha e França, incluindo o prestigiado Sheriff d’Or, atribuído pela livraria francesa Spirit BD, de Clermont Ferrand. Escreveu e editou em poesia, os títulos “Poemas” (1988), “Poemas a Andar de Carro” (2003), “Poemas Japoneses” (2005) e “25 Voltas ao Equador para te Encontrar” (2014).



Ilustração de Paulo Monteiro para o livro “Amália Rodrigues”, de Sónia Graça (Pato Lógico, 2020)

nes de poesia, cartazes e murais. É filho do meio, e o que absorveu o ambiente criativo da casa de família para fazer a sua própria arte. O pai gostava muito de desenhar e de desenho de animação, fez modelos para o cinema, e a mãe escreveu para várias revistas de banda desenhada e contos. O avô tinha um espólio de revistas de BD dos anos 20, que leu com entusiasmo. “Quando era criança pensava que toda a gente lia banda desenhada e desenhava”, revela, para esclarecer que só na escola primária é que percebeu que não era assim. “A convivência com a BD foi muito natural”.

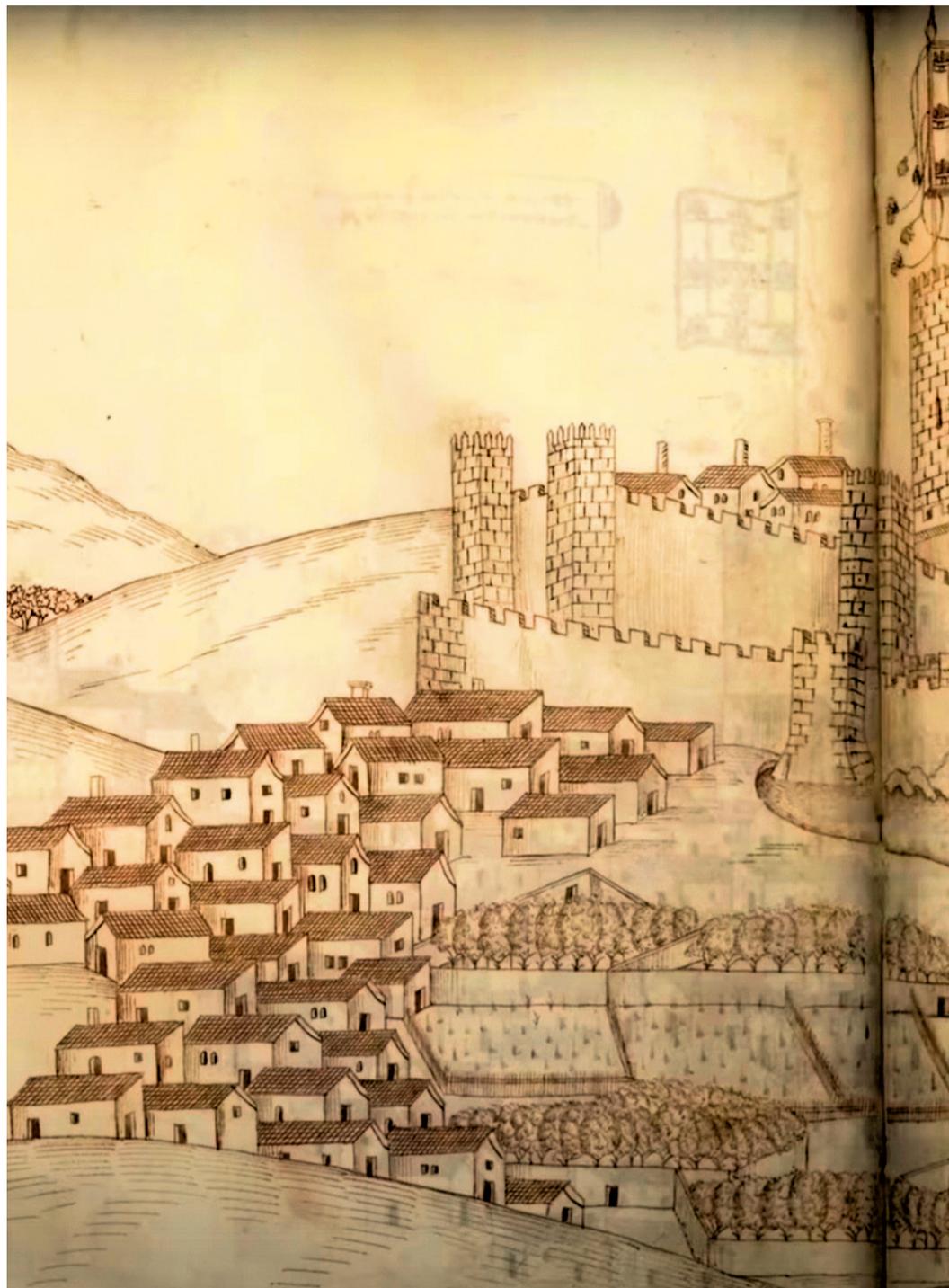
Soube sempre que queria ser autor de banda desenhada, embora viesse a ter interesses e atividades muito diferentes. Entre muitas outras coisas, escreveu para a radio e para os jornais, foi professor, compôs músicas, fez cenários, figurinos para teatro e teatro de sombras e de fantoche, e a curadoria de várias exposições de azulejaria, banda desenhada e ilustração.

Estava a fazer o mestrado na faculdade de

Do século XVI ao drone. O que resta da raia de Duarte Darmas

Quinhentos anos depois de Duarte Darmas ter percorrido a raia e desenhado castelos, casas, igrejas e paisagens, o historiador Santiago Macias voltou aos mesmos locais, com recurso a novas tecnologias, para ver o que persiste desse registo original.

Francisco Alvarenga (texto)



Bem pode Duarte Darmas argumentar que a sua perspetiva é a de Alandroal tirada “natural da banda do sul”, que a boa verdade é que esse “natural” não o é assim tanto. Na verdade, explica Santiago Macias, “para não perder elementos informativos, Duarte Darmas falseia a realidade e apresenta a zona fora de portas numa simulação de subida em direção às muralhas”.

Dito de outra forma, o desenho do século retrata uma paisagem “precisamente inversa” à existente. E há mais um pormenor. A inscrição “Eu mouro Galvo, fui mestre de fazer este castelo do Alandroal”, cuja lápide ainda hoje assinala a reconstrução da fortaleza em finais do século XIII, não se encontra assinalada no livro originalmente publicado no século XVI.

Foi por volta de 1510 que Duarte Darmas, escudeiro do rei D. Manuel, registou em desenho todas as fortalezas da zona da raia, ou seja, 56 castelos de Castro Marim a Caminha. Ora, 20 destes castelos, situados na fronteira do Alentejo, “uma das mais extensas e importantes do país”, de Mértola a Montalvão (Nisa), foram

revisitados por Santiago Macias, doutorado em História e diretor do Panteão Nacional. Daqui resultou a edição de um livro, “Duarte Darmas – Do Cálamo ao Drone”, de uma página de internet com o mesmo nome e de uma exposição itinerante.

“De cada castelo”, assinala o autor, “Duarte Darmas tirou duas perspetivas e fez uma planta da alcáçova. No essencial, a imagem urbana em campo e contra-campo, com as muralhas e o ambiente urbano a servirem de enquadramento. O registo da alcáçova dá direito a medições, feitas em varas e pés. Um registo pormenorizado, ainda hoje de grande utilidade, em especial nos sítios onde se fizeram modificações dignas de registo”.

Com este projeto, Santiago Macias propõe uma “revisão da imagem dos sítios”, ou seja, um exercício no sentido de mostrar o “que veria em cada localidade Duarte Darmas, se no presente pudesse regressar aos sítios que visitou”. A ideia é igualmente “identificar as principais peças de arquitetura que o desenhador viu no século XVI, revisitá-las e contrastar esses verdadeiros íco-

nes com outros monumentos que, em cada sítio, foram sendo construídos até à atualidade”.

Se Alandroal, por essa altura, era concelho recente, já Monforte, vila que D. Dinis ofereceu à filha como dote de casamento, era dois séculos mais antigo. Dos desenhos do século XVI à atualidade, a paisagem mudou. “Castelo e muralhas desapareceram. Olhando a vila ao longe, é já com dificuldade que percebemos o que Duarte Darmas viu”, assinala Santiago Macias, lembrando que o castelo “foi demolido, dele restando poucos panos de muralha”. Ainda assim, “no meio das casas estava, e ali continua, a ermida de São Pedro. Tal como então, destaca-se de forma nítida na envolvente e na malha urbana”.

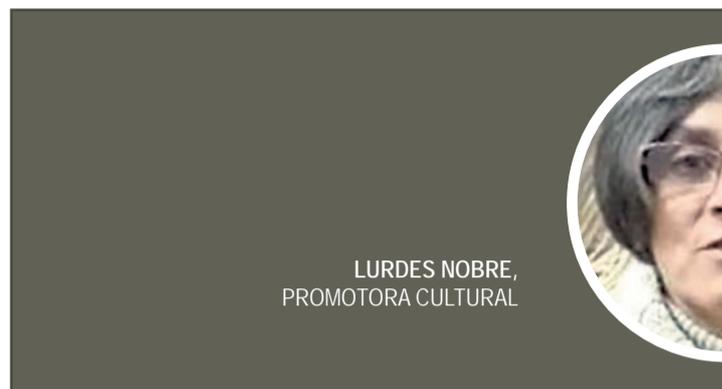
Também a alcáçova de Arronches é, hoje em dia, uma simples “memória cartográfica”, registada pelo desenhador do século XVI. “Ficava no sítio onde hoje temos o o Largo da Restauração e a Rua 1º de Dezembro. A torre virada à Rua da Porta Nova é o elemento mais evidente dessa estrutura. Quase podemos dizer que é o único elemento que nos chegou da fortaleza vista por Duarte Darmas e que está representada



no lado direito do desenho feito a partir do leste. Grande parte da fortificação ficou em ruínas, com a explosão do paiol de pólvora, ocorrida em 1663”, refere Santiago Macias. A igreja matriz, “que atualmente pontua o panorama urbano” da vila, ainda não existia por essa época. De traça manuelina, foi construída no século XVI e reedificada depois da explosão.

Logo nos primeiros locais percorridos no âmbito deste projeto – Mértola e Moura – o historiador constatou a “impossibilidade prática” de Duarte Darmas representar aquelas paisagens a partir de um único local. “O que o desenho abarca não pode ser visto, em nenhum dos 20 exemplos da fronteira alentejana, de um só local. Não há, assim, um único ponto de vista”. Ou seja, “a representação de cada local – e de modo mais notório nos locais de maior dimensão – resulta de um somatório de dados, de uma colagem de apontamentos, tirados de vários pontos”, tendo o escudeiro de D. Manuel I seguido um “modelo de representação que selecionava pontos de destaque em cada localidade, escolhendo-se o que era, ou se pensava ser, mais importante ou representativo”.

OPINIÃO | ARTES E CULTURA



Évora 27, passo a passo

“Évora 27 Passo a Passo” é um ciclo de encontros regulares entre a equipa Évora_27 e a sociedade civil. O primeiro encontro com o setor cultural decorreu no Convento dos Remédios. As estruturas e artistas do Alentejo ficaram a saber algumas das linhas da programação, já definida em 70% no documento de candidatura, e como poderemos participar. As convocatórias para apresentação de projetos, muito em moda nos dias de hoje, vão começar a ser lançadas no segundo semestre de 2024. Umas dirigidas aos agentes do território, outras para agentes que tenham ligações com outros países da Europa e do Mundo e claro, uma só para projetos vindos de fora, já que esta é uma Capital Europeia da Cultura.

Apesar de pessoalmente detestar as “call”, porque excluem muitas estruturas que não têm como fazer candidaturas, sempre complexas, com objetivos estratégicos e orçamentos, percebo as opções da equipa, e fiquei muito agradada com uma das decisões tomada. A de que só poderá candidatar-se à chamada de criadores do Alentejo, quem já vem desenvolvendo o seu trabalho artístico na região. Foi uma decisão importante pois, caso contrário, viriam instalar-se todos aqueles que, vindos de Lisboa ou outras exteriores paragens, andam de terra em terra a sugar os dinheiros públicos da cultura e que, logo que esgotados, mudam de rumo.

No entanto, acho pouco dinheiro. Muito pouco para todos os projetos artísticos, de 30% da candidatura. O Alentejo é um terço do território, temos centenas de estruturas artísticas, de artesãos, de grupos de

cante, de narradores orais, como podemos aceitar que apenas 54 propostas sejam apoiadas? Sim, porque o apoio de três milhões de euros será para as 54 candidaturas que o júri achar mais interessantes. E os critérios dos júris, são sempre subjetivos.

Segundo percebi, para dividir entre as intervenções dos agentes locais, as de novos públicos e as internacionais em colaboração com agentes da região, disponibilizam-se cerca de 10 milhões de euros. Depreendo assim que todo o restante investimento esteja comprometido e esgotado com os tais 70%, já inscrito na candidatura.

A ideia de ligação entre estruturas do setor, tónica sempre dada nas intervenções da equipa de missão, não a consigo vislumbrar, nestas “calls”. Nem me pareceu pelas intervenções escutadas que seja pauta entre as estruturas. Aliás, o que ficou presente é que a ideia de “divisão de dinheiros” de forma matemática é feita por muitas delas. O que faz sentido se nos centrarmos só na nossa própria estrutura, no nosso próprio projeto. Aí o que importa é o que nos calhará, individualmente, mas e o todo? O Alentejo? E os outros que também fazem trabalho artístico no território? Eis uma visão economicista, que me abala. Posso estar enganada, mas não nos dá a ideia de existir um futuro para lá de 2027. O que me deixou, como se diz no Alentejo, “cabreira”. Sendo eu uma das mais velhas presentes na sala, gostaria de ter escutado o setor, preocupado com o “para lá de”, como fazer para que permaneça a massa crítica, os novos públicos e os novos criadores no Alentejo, depois da Capital Europeia da Cultura.

“Era só trabalho-casa, depois surgiu o cante e tudo mudou”

Iveta Francisco cresceu a ouvir modas cantadas pelo pai e pela mãe. Em casa, com o marido e os sogros, não havia festa que não incluísse cantorias. Agora integra o Granjarte e, diz, isso mudou-lhe a vida.

Ana Luísa Delgado (texto e fotografia)

Iveta Francisco nasceu na Aldeia da Luz há 68 anos. “Na antiga aldeia”, gosta de dizer. Estudou em Fronteira, encontrou trabalho na Câmara de Mourão e por lá ficou durante 41 anos. A aposentação chegou mais cedo, ainda não 60, antecipada por força de ter de dar assistência à mãe, que se encontrava doente. O cante alentejano, esse, sempre fez parte da sua vida, ainda que de forma informal.

“Cantava assim, por exemplo, uma moda, uma canção quando se juntava um grupo ou numa ocasião dessas, mas nunca tinha feito parte de um grupo”. Nunca até outubro de 2022. Lembra Iveta Frasco que, por essa altura, o Vitorino, “ali de Redondo, vinha cantar aqui a Mourão e o grupo da Granjarte estava desfasado. Então, as moças da Granja conseguiram arranjar algumas colegas aqui de Mourão, já somos sete ou oito, elas outras tantas e, olhe, tomámos-lhe o gosto e lá estamos a fazer parte do grupo”.

O nome oficial é Granjarte – Grupo Feminino de Cantares Alentejanos de Granja. Reza a história que depois de alguns anos a animar o Carnaval, com danças que tinham versos da sua própria autoria, este grupo de mulheres começou também a cantar fora de “brincadeiras. Foi então que a determinada altura foram convidadas a animar um serão na Casa do Alentejo, em Lisboa. Ficaram de tal forma “orgulhosas com o seu feito que”, com o apoio da Junta de freguesia da Granja e da Câmara de Mourão, começaram a juntar-se para ensaiar. O grupo ganhou vida.

“Sempre gostei do cante alentejano”, conta Iveta Frasco, revelando ter crescido com as modas tradicionais, desde logo porque o pai cantava - “fez parte do Grupo Coral de Mourão, na década de 70” -, tal como a mãe: “Ela nunca fez parte de nenhum grupo, nessa altura as mulheres não faziam parte dessas coisas, mas cantava. O Grupo onde o meu pai também acabou, pois os velhotes começaram a abalar”. Foi aí que lhe tomou o gosto. “Gostava de ir ouvir os grupos e, aqui em casa, o meu marido e os meus sogros também gostavam de cantar... quando havia um ajuntamento festivo a gente sempre acabava por cantar uma modinha alentejana”.

Uma “modinha” como o “Lírio Roso” - “essa sai



sempre bem” - ou a “Cefeira”, que integram o repertório do Granjarte. Sobre a estreia em palco, nesse outubro de há dois anos, garante ter sido inesquecível: “Elas não tinham elementos suficientes para fazer um grupo, quer dizer, cada um canta com o que tem, mas eram poucas. Fizemos um grupo com 16 ou 17 mulheres, lá cantámos e o Vitorino adorou-nos”.

Iveta Frasco diz “não ter voz suficiente” para fazer de alto ou de ponto. Canta com a voz que Deus lhe deu, sem faltar aos ensaios: uma quarta-feira na Granja, outra em Mourão. “Ainda no fim de semana passado fomos cantar ao Menino a Ferreira do Alentejo, e antes tínhamos estado em São João do Estoril”. O repertório do Granjarte integra “clássicos” do cante alentejano, como “Quinta-feira da Ascensão”, “Alentejo és Nossa Terra”, “Gotinha de Água” ou “Erva Cidreira”. Ou “O Rouxinol”, o tema que cantaram com o tal músico “ali do Redondo”.

Todos os anos, em dezembro, recebem na Granja grupos corais, nem todos femininos, para o cante ao Menino.

“Temos tido muita aceitação, somos convidadas muitas vezes a atuar, e a verdade é que até gostávamos que fosse um bocadinho mais. Mas, pronto, os grupos são muitos e tem de haver lugar para todos”, conta Iveta Frasco, orgulhosa da “aventura” em que se meteu: “Saímos, divertimo-nos e mostramos o que gostamos de fazer, é também uma forma de não estar sempre em casa. Era só trabalho-casa, depois surgiu o cante e tudo mudou”. O cante e, já agora, os doces. Começou “por brincadeira”, a ajudar mulheres mais velhas, e tomou-lhe o gosto. “Pedem-me para fazer a encharcada, que é o ‘ex_libris’ de Mourão, o manjar, ou o bolo rançoso, tudo o que é o típico”, conclui.

O homem do acordeão que fundou uma orquestra

Carlos Poeiras tem 28 anos, mais de 20 dedicados à música, em particular ao acordeão. Professor deste instrumento na Escola de Música do Município de Avis, fundou uma orquestra que mobiliza homens e mulheres de todas as idades.

Aníbal Fernandes (texto)

Não se lembra com exatidão que idade tinha quando começou a tocar acordeão. Certo é que, desde que nasceu, ouvia o avô Mariano tocar a concertina, instrumento em que deu os primeiros passos. Até que um dia apareceu lá em casa um acordeão e começou “de forma intuitiva a tocar umas melodias”, conta Carlos Poeiras.

Ainda antes de fazer 10 anos começou a estudar o instrumento. Primeiro com Maria Adélia Botelho, em Sousel e Avis; depois com Claudina de Sousa, em Pegões, finalmente na capital, no Instituto de Música Vitorino Matono, professor de acordeão, tal como ele, nascido nas terras do Mestre.

“O meu objetivo foi, desde sempre, estudar em Lisboa, mas os conhecimentos teóricos – leitura de pauta, por exemplo – eram incipientes”. Ultrapassado esse impedimento, fez as provas de acesso ao instituto e entrou diretamente para o 4.º grau.

Simultaneamente frequentava a Orquestra Juvenil de Avis, dirigida pelo maestro Francisco Carageta, onde aprendeu a tocar de tudo um pouco: baixo, guitarra, bateria, piano. Aos 15 anos, Carlos, os irmãos Tiago e Gonçalo Garrinhas, Rui Oliveira e Nelson Feiteira já animavam as festas e bares na região, com a banda Groove.

No entanto, era o acordeão o seu instrumento principal e, individualmente, começou a participar em festivais um pouco por todo o país, com destaque para o Campeonato de Alcobaca – agora com estatuto internacional –, onde foi vencedor em diferentes categorias.

A “cereja no topo do bolo” aconteceu em Itália, em Castelfidardo, num campeonato mundial, onde se bateu com concorrentes de diversos países e logrou, à primeira participação, passar à segunda fase do concurso, tocando os temas “Brahms Smile”, do compositor russo Victor Vlasov e “Corridinho do Montinho”, do seu professor Vitorino Matono.

Com o curso acabado começou a dar aulas particulares, até que integrou o núcleo de professores da Escola de Música do Município de Avis, com António Vilas Boas e Euclides Silva. Começou com meia dúzia de alunos, mas já chegaram a ser 25, entre homens e mulheres, com idades entre os 8 e os 92 anos.

Daí até à constituição da Orquestra de Acordeão Mestre de Avis foi um passo. “Já tinha participado na orquestra do Matono, mas aqui não havia essa tradição. Tive de fazer os arranjos para cada um dos naipes”, explica Carlos Poeiras. Sempre com o apoio da Câmara Municipal de Avis, a orquestra já participou em vários festivais e até foi premiada, duas vezes, em Alcobaca. “Agora já se pode dizer que há uma cultura do acordeão em Avis”, afirma.

Pelo meio, anualmente, é o responsável pelo Festival de Acordeão de Avis – que vai na sexta edição – e que agora tem o nome de Joaquim José Rato, um popular músico da terra falecido há uns anos.

Para além do já citado avô paterno e dos pais Manuel e Amélia – que tudo fizeram para que concretizasse o seu sonho –, Carlos Poeiras refere, como exemplo a seguir, João Barradas e João Frade, dois instrumentistas portugueses de nível mundial. Mas, também ele, já parti-

lhou o palco com grandes nomes da música portuguesa, nomeadamente, com Rodrigo Leão, Gabriel Gomes ou Celina da Piedade.

Este ano, na primavera, realizou-se a segunda edição do espetáculo Poesiavis, uma ideia de Carolina Leão que contou com a colaboração dos músicos já citados, dos atores Miguel Borges e Paulo Roque, de Maria Vitória e, pela primeira vez, da Orquestra de Acordeão do Município de Avis. É escusado dizer que foi um sucesso.





ILUSTRAÇÃO DE SUSANA MONTEIRO PARA CRÔNICA DE JORGE ARAÚJO

Alentejo, julho de 2050

(parte II)

O Alentejo está condenado a desenvolver-se, disse alguém. Esperemos que o faça sem se descaracterizar como aconteceu com outras regiões. Para nos certificarmos, viajámos até 2050 e seguimos os passos de uma família sueca, curiosa por descobrir esta ponta da Europa “onde a terra acaba e o mar começa”.

Jorge Araújo (texto) e Susa Monteiro (ilustração)

O dia amanhecera ligeiramente brumoso, o que augurava que o calor tardaria em castigar. João foi buscar a família Gunnar. Terminavam o pequeno-almoço, restaurados e prontos para enfrentarem o programa que João concebera, que seria seguramente cansativo, mas gratificante.

Desceram ao parque para tomarem um carro de aluguer sem condutor. Foi então que os Gunnar compreenderam que aquele espaço era muito mais do que um estacionamento. Restaurantes e cafés delimitavam vastas áreas pontuadas por equipamentos para diversão juvenil.

Na realidade, o subterrâneo tinha sido concebido também para a população se proteger das ondas de calor sem se sentir, contudo, num refúgio de guerra. Comércio diverso, incluindo um cinema e um centro comercial, mas também uma unidade de saúde e uma sala de exposições de arte usufruíam do amplo espaço escavado na rocha, que se estendia por grande parte da base da colina onde, outrora, os romanos haviam glorificado a “joia da coroa” lusitana, a sua Liberalitas Julia.

João registou o destino no veículo, pagou, e rodou os quatro assentos de modo a ficarem de frente uns para os outros. O veículo partiu sem hesitação. Tal como por toda a Europa, os carros eram elétricos, mas em Portugal, alimentavam-se de hidrogénio, que a abundância de energia solar permitia produzir a custos muito baixos; e exportar! Em vez das pesadas baterias, os veículos dispunham apenas de uma “célula de combustível onde o hidrogénio se recombinava com o oxigénio do ar, gerando a energia elétrica para o motor.

O abastecimento de hidrogénio processava-se por substituição de “plumas”, como as que, no passado, eram usadas para o gás doméstico. Tudo muito simples e absolutamente nada poluente, pois o único gás de escape era... vapor de água!

Enquanto rolavam, João falou-lhes do passeio. Iriam visitar o mais antigo monumento megalítico, onde os antigos haviam descoberto como prever o solstício de verão. Antes que João prosseguisse, Erik reagiu, lembrando que Stonehenge,

no sul de Inglaterra, que ele já visitara, é considerado o mais antigo. João esclareceu que quando Stonehenge começou a ser erigido, em 3.000 a.C., o cromeleque que iriam visitar já existia há 3.000 anos!

O que é lógico, prosseguiu João, dado que é contemporâneo do período inicial da agricultura e da pecuária. Como se compreende, a previsão do solstício e, com isso, o conhecimento das estações, era indispensável para quem começava a tentar dominar o ciclo de vida das plantas e dos animais. Aquele que possuísse esse conhecimento, granjearia de um ascendente sobre a comunidade; era o apanágio dos sacerdotes.

Os Gunnar ficaram encantados com o que viram, uma centena de imponentes menires delimitando dois campos ovais. Espetacular! No Centro Interpretativo puderam assistir à reconstituição de cenas da vida megalítica, em grandes hologramas, e inquirir a apresentadora sobre o modo de prever o solstício de verão através alinhamento dos menires com o sol, e também sobre a agricultura que se praticava há 6.000 anos.

A manhã já ia alta e escaldante quando regressaram a Évora. Calados, os Gunnar digeriam uma imensa informação. Chegaram a tempo de usufruírem do período do meio-dia dos banhos romanos, uma saudável luxúria que era objeto de competição entre vários estabelecimentos.

//

Erik reagiu, lembrando que Stonehenge, no sul de Inglaterra, que ele já visitara, é considerado o mais antigo. João esclareceu que quando Stonehenge começou a ser erigido, em 3.000 a.C., o cromeleque que iriam visitar já existia há 3.000 anos!

Piscinas quentes e frias, e massagens de todos os géneros, atraíam uma clientela exigente de qualidade de vida. Erik dispensou as massagens, contentando-se com uns mergulhos, mas Greta não prescindiu de uma boa massagem relaxante. Helga acompanhou a mãe e João fez companhia a Erik.

Um prato de iguarias alentejanas trazido por uma “romana” de Ipanema, e dois copos de vinho branco, fresco, compunham-lhes a mesa e estimulavam a conversa. Erik quis então saber qual era o ‘modus vivendi’ que o candidato a genro, estabeleceria com a vida. João elucidou-o

prontamente. Era engenheiro silvicultor, mas especializa-se em “restauro da natureza” trabalhando em zonas florestais degradadas. Atualmente, as suas preocupações haviam-se deslocado para a orla marítima; tinha em mãos um projeto ambicioso de restauro das zonas dunares da costa alentejana, degradadas ao longo de décadas de abandono aos interesses dos promotores de campos de golfe.

Mais tarde, João e Helga levaram os pais ao comboio da TransAl que os conduziria a Monsaraz. Iriam passar uma semana a dois num alojamento turístico perto do grande lago do Alqueva. Enquanto esperavam na esplanada da estação, João explicou-lhes que o Alentejo estava agora inteiramente cercado por uma rede de transportes ferroviários, completada por um serviço de autocarros que assegurava deslocações curtas, para aldeias e lugares dispersos. Não tinha sido fácil convencer os decisores políticos. Só a unanimidade e a persistência dos autarcas tinham vencido a lógica prevalecente, segundo a qual, com tão baixo nível populacional, não se justificava instalar mais ferrovia. Contra esta lógica, fizeram ver que sem transportes que viabilizassem a vida em todo o Alentejo, incluindo no espaço rural mais profundo, nunca a depressão demográfica seria vencida.

Erik quis saber quanto custara, mas o comboio da TransAl chegou e eles tiveram de se despedir.

Helga e João, finalmente sós!

O direito à cidade usufruindo um património comum

Vem a propósito o aviso de José Saramago, em 1997, quando advertia as autoridades eborenses para não transformarem Évora (numa Veneza), fazendo reféns os seus habitantes da turistificação exagerada.

Rui Arimateia (texto)

Primeiro pressuposto importante: A coisa pública deverá ser encarada como responsabilidade última dos cidadãos e considerada como facto real fundamental para a melhoria da qualidade de vida individual e coletiva das comunidades.

Segundo pressuposto: A importância do olhar a realidade refletindo sobre três conceitos subjacentes a toda a intervenção, a memória (o passado), a identidade (o presente) e a partilha (o futuro).

É claro que não poderemos considerar estes três conceitos em compartimentos estanques. O passado e presente e o futuro encontram-se num diálogo permanente e em mutação contínua, interagindo uns com os outros e a todo o momento, para a construção de um eterno presente, esse que nós vivenciamos em verdade.

Só partilhando e dialogando vislumbraremos algum futuro construtivo e luminoso. Importa edificar uma 'praxis' de intervenção equilibrada. Tal como dizia Leopold Senghor: "É fundamental pensar para agir e agir para pensar melhor".

Outro conceito importante a ter em conta é o da participação dialogante. Participação para a melhoria das condições de vida em territórios em mudança... Impõe-se novamente e sempre o diálogo e a partilha e atrevo-me a propor a recuperação de uma metodologia de intervenção dos anos 80 que defendia que 'small is beautiful'... com todas as implicações socioculturais, ecológicas e holísticas daí resultantes. Participar é dialogar e estar aberto e disponível para a escuta do e com o outro e para a mudança com o outro.

E porque tantas vezes se fala em democracia participativa... "É hora!", como dizia o poeta, para começarmos, de facto, a utilizar aquelas frases e conceitos, compreendendo em profundidade e valorizando os ensinamentos inerentes, os que ajudarão a salvar a humanidade! Pois, tal como diria Almada Negreiros: "Quando eu nasci, as frases que hão de salvar a humanidade já estavam todas escritas, só faltava uma coisa – salvar a humanidade".

Importa não esquecer a expressão tantas vezes enunciada, mas poucas vezes compreendida

e utilizada, pelos técnicos da requalificação e da revitalização dos patrimónios: As pessoas em primeiro lugar! Não esquecendo que também existem pessoas que são património, inclusivamente consideradas pela Unesco como Tesouros Humanos Vivos.

São as pessoas as criadoras, as inventoras e as construtoras do património. Contudo, o reverso da medalha também importa ter em atenção: são também as pessoas os principais autores de desequilíbrio e de destruição do património, por erróneas escolhas de intervenção (ao nível financeiro, da exacerbação dos consumos, da desconstrução das paisagens tradicionais – no campo ou na cidade). No fundo, são as pessoas os responsáveis por desequilibrados e desadequados paradigmas verdadeiramente humanos que deixamos como legado "armadilhado" aos nossos filhos e netos.

Vem a propósito o aviso de José Saramago

aquando do lançamento do livro "Évora – Património da Humanidade", que assinou conjuntamente com Eduardo Gageiro em 1997, quando advertia as autoridades eborenses para não transformarem Évora (à sua escala) numa Veneza, fazendo reféns os seus habitantes do elevadíssimo custo de vida que a turistificação exagerada fez acontecer... Estaremos desta maneira a destruir um património de excelência e a transformá-lo em mais um objeto de e para consumo imediato de tão somente alguns.

Finalmente, não esqueçamos a importância da implementação de instrumentos para o garante da salvaguarda dos patrimónios imateriais que no fundo definem a identidade cultural de Évora, do seu concelho e do Alentejo. Não há Centros Históricos sem vida.



Caminhadas, desbravando os Trilhos do Endovélico

Ali encurraladas entre o desporto e o lazer, as caminhadas são uma prática comum pela Europa fora. Melhor mesmo que descrevê-los, é escutar quem os descobre pelo Alentejo fora. Escritor e fotógrafo brasileiro a viver na região deixa-nos a sua visão.

Breno Teixeira (texto e fotografia)

Numa certa manhã de setembro, fui desafiado pela minha mulher a participar dos Trilhos do Endovélico 2023, em Terena no Alandroal. Esse evento, tradicional na região, permite aos participantes uma oportunidade única de explorar as belezas naturais e a rica história que envolve essa área do Alentejo. Aceitei, mas para participar apenas na caminhada de 10 quilómetros.

Com as suas muralhas, que contam séculos de histórias, o Castelo de Terena foi o cenário escolhido para o início desta jornada. Depois de ultrapassar uma subida íngreme até as imponentes muralhas do castelo, o grupo, formado por amantes da natureza e do exercício físico, encontrou a visão espetacular que a antiga fortaleza oferece, com torres majestosas e vistas panorâmicas da paisagem alentejana.

Ansiosos por desbravar os trilhos que levam o nome do antigo deus Endovélico [divindade céltica da Idade do Ferro venerada na Lusitânia pré-romana e cujo culto se difundiu pelo Império romano], associado à fertilidade e à proteção da terra, iniciamos a aventura com uma energia contagiante e os primeiros passos foram dados com uma mistura de antecipação e respeito pela natureza que se estendia a nossa frente.

À medida que o grupo se afastava do castelo, os Trilhos do Endovélico revelavam-se, conduzindo-nos por uma paisagem diversificada que incluía colinas suaves, matas acolhedoras e ribeiras serenas.

O percurso, planeado ao detalhe pela organização do evento, proporcionou uma experiência enriquecedora, desafiando os participantes tanto fisicamente como mentalmente. Subidas e descidas ofereciam vistas espetaculares, enquanto descidas suaves permitiam momentos de contemplação e conexão com a natureza circundante. É verdade que alguns trechos do percurso, algumas subidas com inclinação mais acentuada, convidavam a desistência, mas a paisagem exuberante que nos envolvia servia de combustível para continuarmos. À medida que avançávamos, a história desdobrava-se diante nós. Ruínas antigas, testemunhas silenciosas do passado, pontuavam o caminho. Cada pedra e cada acidente contavam histórias de civilizações que dei-



xaram sua marca na região ao longo dos séculos.

A interação entre os participantes não se limitou à contemplação silenciosa. Risos, conversas animadas e partilha de histórias criaram uma atmosfera de camaradagem ao longo da jornada. A trilha proporcionou não apenas um desafio físico, mas também uma oportunidade de construir laços e amizades duradouras.

Na chegada, no campo de futebol Terena, os participantes, agora cansados, mas cheios de uma sensação de conquista, confraternizaram durante um belo almoço de convívio e troca de experiências. O evento não apenas celebrou a beleza natural e histórica da região, mas também destacou a importância de preservar e valorizar esses tesouros para as gerações futuras.

Os Trilhos do Endovélico não foram apenas um evento desportivo; foram uma celebração da natureza, da história e da comunidade. Os participantes levaram

consigo não apenas a experiência física, mas também as memórias partilhadas e a ligação renovada com a fascinante herança que o Alentejo proporciona a todos os que se aventuram pelos seus trilhos.

SABER MAIS

Percorridos em novembro, os Trilhos do Endovélico são uma prova de 'trail running' com organização da Associação Alandroal United e da Câmara de Alandroal, com o apoio da Junta de Freguesia Terena. A correr ou a caminhar, esta aventura convidou os participantes a "viajar no tempo através do vale sagrado do Lucefécit, percorrendo trilhos milenares com paisagens de uma beleza avassaladora.

São doces, Senhor, são doces

Ninguém duvida que nos conventos de freiras a doçaria era uma arte exigente. Nos de Vila Viçosa, paredes-meias com o Paço Ducal, sê-lo ainda mais. De 26 a 28 de janeiro, a vila é palco da I Feira de Doçaria Conventual.

Ana Luísa Delgado (texto)



Enquanto conversa, dias antes do Natal, Lurdes Ramos, 70 anos, raspa uma laranja e um limão que haverá de adicionar à massa dos coscorões, um dos doces típicos da época. “Estas coisas levam todas muito tempo”. Mas os seus coscorões, garante, “agradam a toda a gente”, tal como a tiberna, um dos doces mais característicos de Vila Viçosa.

“O pão tem de estar feito uns dois dias antes. O doce de chila também é feito com antecedência. Depois é mais simples, é só armar e a tiberna está feita”, garante Lurdes Ramos. Bom, “está feita” é como quem diz, pois a coisa está mesmo longe de ser simples. É necessária uma calda de açúcar e fios de ovos, a que se adiciona o miolo do pão com amêndoa pelada e ralada, mais a chila, limão e canela, mais o tempo de cozedura para que o doce fique bem espesso. Todo um trabalho minucioso, rigoroso, que exige sensibilidade e conhecimento apurado. “Ao fim e ao cabo é um bocadinho difícil estar a explicar como é feito”, acaba por confessar.

No seu “Alentejo à Janela do Passado” (1940), João Rosa escrevia que em Vila Viçosa os Conventos de Nossa Senhora da Esperança e de

Santa Cruz “rivalizavam nos rebuçados de ovos e nas tibernas”. De acordo com Cristina Castro (“A Doçaria Portuguesa”), a mais antiga referência à tiberna data de 1788, com a inclusão da receita no livro “Arte nova, e curiosa, para conserveiros, confeitores, e copeiros”, de autor desconhecido, que “se aproxima muito” do que hoje é feito por doceiras como Lurdes Ramos.

“O termo tiberna”, prossegue Cristina Castro, “alarga-se ao ponto de designar variadas misturas culinárias, sendo o pão talvez o traço comum”. É por isso que existem receitas em vários pontos do país. Vergílio Gomes (“Dicionário Prático da Cozinha Portuguesa”), define tibernada como sendo “termo genérico para bacalhau assado e depois lascado”. Seja como for, docinha como a original só mesmo em Vila Viçosa, com origem certificada por Maria de Lurdes Modesto e descrita na sua “Cozinha Tradicional Portuguesa”.

Foi ainda muito nova que Lurdes Ramos se iniciou na arte de bem cozinhar, não teria mais de 10 anos. “Eu dormia em casa da minha avó paterna, que cozinhava muito bem, e comecei muito cedo a ir à mercearia com um escrito para fazer as compras.

Depois comecei a cozinhar, a fazer bolos e doces, e a verdade é que me sai bem. Às vezes até dou uma receita a alguém e a pessoa diz que não saiu igual ao meu”. Num concurso, em Portalegre, a sua tiberna conquistou o primeiro prémio.

Foi nos Conventos, como os de Nossa Senhora da Esperança ou da Santa Cruz, tal como no Real Mosteiro das Chagas de Cristo, que a doçaria conventual ganhou fama em Vila Viçosa. “De facto, nestas comunidades femininas a doçaria era uma arte, exigindo, como todas as artes, talento e aplicação prática, até chegar ao doce que, saído das mãos de Esposas de Cristo, teria que agradar, que ser grandioso e imaginativo para poder constar na sua mesa”, sublinha a investigadora universitária Antónia Fialho Conde (“A Opção Claustal e a Tradição Gastronómica Local e Regional”).

“Nos mosteiros e conventos femininos, nos tempos livres de ofícios divinos, a doçaria era uma forma de o preencher, ao lado da costura, dos bordados, da pintura, da música ou da escrita. os doces produzidos eram apreciados não apenas pela comunidade: funcionavam como presentes, em caixinhas próprias, tanto para os dons abades como



ALVITO

Baronia a branco e tinto

A nova aposta da Adega Cooperativa da Vidigueira leva Alvito no rótulo. Dois “grandes escolhas” lançados em novembro e que estão praticamente esgotados.

Luís Godinho (texto)

Chama-se Baronia de Alvito Grande Escolha. Há tinto e branco... ou melhor, havia tinto (está esgotado) e restam poucas garrafas de branco. Revelou-se um sucesso esta nova aposta da Adega Cooperativa de Vidigueira, Cuba e Alvito.

Reza a história que a 24 de abril de 1475 o rei D. Afonso V concedeu a João Fernandes da Silveira o título de barão, passando Alvito a ser a “cabeça” da primeira baronia instituída em Portugal.

A produção de vinho sempre esteve presente no concelho, ainda que não de forma tão expressiva como nos municípios vizinhos de Cuba e Vidigueira. Atualmente são seis os produtores locais, explorando uma área de vinha dentro dos 50 hectares. Uma “gota” num universo de 1450 hectares de vinha integrados no “perímetro” da cooperativa.

“É uma área reduzida, que já teve mais peso, mas é importante que esse laço não se perca e, até, que venha a aumentar a sua influência”, diz o presidente da Adega de Vidigueira, José Miguel Almeida, esperançado em que o lançamento do Baronia de Alvito possa ajudar.

Com um portefólio onde já constavam menções à Vidigueira e a Cuba, “faltava um vinho” que trouxesse Alvito no rótulo. “Essa lacuna foi também identificada pelo presidente da Câmara de Alvito que nos lançou o desafio e o vinho aí está”, acrescenta José Miguel Almeida.

Tanto o tinto como o branco são “grandes escolhas”, vinhos “tipicamente alentejanos”. Com uma cor granada intensa, o tinto resulta da vinificação das castas Trincadeira e Alicante Bouschet, bem como um estágio de oito meses em madeira. O branco parte de “uma boa base” de Antão Vaz e de Perrum, também com estágio em barrica, apresentando-se encorpado e fresco.

para o próprio monarca”, acrescenta.

As tibornas podemos juntar outros doces, como a cericá, a encharcada, o manjar das Chagas ou o toucinho-do-céu, que Maria Olímpia Caia, 56 anos, gosta particularmente de fazer. “Comecei a cozinhar quando casei, aprendi com as receitas que havia lá por casa, outras fui investigar e pedir, e tenho essa, do toucinho-do-céu, que era da avó de uma prima minha que trabalhava no Paço Ducal. Na receita até está escrita uma data: 1928”.

Maria Olímpia Caia diz que a doçaria não tem propriamente segredos, tudo dependendo muito da atenção que se dá à receita, bem como da qualidade dos ingredientes e do forno. “A mão da doceira faz o resto”. A cericá, garante, essa fá-la “de olhos fechados”. Ora tome nota: oito ovos, gemas separadas das claras e batidas com 250 gramas de açúcar, mais 100 de farinha, juntando-se aos poucos meio litro de leite. É altura de levar o preparado ao lume, “até fazer um creme mais grosinho”. Quando estiver morno, juntam-se as claras em castelo, raspa de limão, e coloca-se num prato de barro, polvilhado com canela. Mais 10 minutos no forno e fica pronto. É experimentar.



A Malhadinha chegou à Serra. Eis os Teixinha

Família Soares comprou a Quinta da Teixinha, em pleno Parque Natural da Serra de São Mamede, a 700 metros de altitude. Por entre cerejeiras, sobreiros e castanheiros centenários, e uma nascente de água pura, existiam vinhas especiais que estimularam o desejo de fazer vinhos nesta região.

Manuel Baiôa (texto)



Maria Antónia Soares e o marido João Soares criaram um negócio consistente em 1983, a Garrafeira Soares. Esta família ribatejana instalou-se em Albufeira e começou por abrir um minimercado, que posteriormente cresceu para uma pequena rede de garrafeiras, num período de grande crescimento económico, abertura à Europa e chegada massiva de turistas estrangeiros.

Nos anos 90, já com a ajuda dos filhos, Paulo Soares e João Soares, alargaram a rede de garrafeiras a todo o Algarve, sendo atualmente uma das principais empresas de distribuição de vinhos nacionais e internacionais e de outras bebidas.

No final dos anos 90 decidiram avançar na vertente de produção de vinho, sem dúvida a mais apaixonante. Iniciaram a busca por um terreno onde pudessem plantar a sua primeira vinha. Em 1998 encontraram uma propriedade emblemática no Baixo Alentejo, a Herdade da Malhadinha Nova, situada em Albernoa (Beja).

Seguiram-se anos de intenso trabalho, com a

plantação da vinha, construção da adega, afirmação dos seus vinhos e, posteriormente, aposta na vertente hoteleira, que faria da Herdade da Malhadinha Nova um dos melhores enoturismos de Portugal. Em 2012 foi estabelecida uma parceria entre família Soares e a família Pereira Coutinho (proprietária da Quinta de Mata-Mouros, Silves), permitindo a produção de várias gamas de vinhos do Algarve sob a chancela do Convento do Paraíso. A viticultura e a enologia são orientadas pela Herdade da Malhadinha Nova e a comercialização e promoção são asseguradas pela Garrafeira Soares.

A ideia inicial era não sair do Baixo Alentejo, mas uma visita à Quinta da Teixinha, fê-los mudar de ideias, uma vez que foram conquistados pela riqueza natural e o potencial do 'terroir' deste local. A quinta tem 105 hectares e situa-se a 700 metros de altitude, com solos xistosos com alguma argila. Tem neste momento apenas quatro hectares de vinha, dois dos quais plantados em 1997 e os outros dois em 2007, bem como vastas áreas com cerejeiras, sobreiros e

castanheiros centenários, típicos do ecossistema da Serra de São Mamede.

A região de Portalegre tem características únicas para a produção de vinhos com maior frescura e elegância, sendo "um grande complemento ao nosso portefólio", afirma Rita Soares, gestora da Herdade da Malhadinha Nova. Com a Quinta da Teixinha, acrescenta, "procuramos diversificar, adicionar uma diversidade que tão bem caracteriza o nosso país, porque os vinhos da Teixinha são diferentes e um ótimo complemento aos vinhos que produzimos no Baixo Alentejo. Queremos apresentar esta região na sua plenitude, respeitando a sua diversidade tão influenciada pelo clima e pelos solos, mas, também aqui, a nossa grande ambição é produzir vinhos que respeitem a sua origem".

Nos últimos anos grandes empresas vitivinícolas apostaram na aquisição de vinhas na região de Portalegre, em especial na zona da Serra de São Mamede, nomeadamente a Herdade do Esporão, a família Symington e a família Redondo, proprietária



RÓTULOS CRIATIVOS

Desde 2003 que os membros mais novos da família Soares deixam a sua marca nos vinhos da Malhadinha através de ilustrações. Nos rótulos dos vinhos da Teixinha as palavras dão agora voz às memórias que tornam esta quinta centenária tão especial: “A Teixinha é um lugar encantado, que eu adoro. Tem uma serra cheia de árvores, uma nascente e uma linda vinha que a torna tão especial”.



TEIXINHA FIELD BLEND BARRICA 2021

Aragonez, Alicante Bouschet e Trincadeira. Revela uma fruta de grande pureza, com subtis notas tostadas e especiarias. Na boca revela taninos de veludo, com grande frescura e equilíbrio. Final longo e admirável.

PVP: 35 euros.

do Licor Beirão, bem como os enólogos Rui Reguinha e Susana Esteban. A região tem características diferenciadas do restante Alentejo, ao nível do clima, da orografia, dos solos e das castas, pelo que as suas uvas e os seus vinhos acabam por ter também características distintivas.

De facto, as vinhas mais emblemáticas da sub-região DOC Portalegre encontram-se na Serra de São Mamede, numa altitude superior aos 500 metros. Os solos são predominantemente graníticos, embora surjam intercalados com manchas de derivados de xisto e de quartzitos. Muitas destas vinhas têm mais de 50 anos, estão espalhadas em pequenas parcelas, não são aramadas e têm a condução em taça, beneficiando da localização em altitude, pois o clima é mais arejado e húmido, o que proporciona vinhos frescos e elegantes, dando a esta sub-região grande originalidade e carácter.

Na Quinta da Teixinha existe uma parcela de dois hectares de vinha velha virada a Norte. É um ‘field blend’ de Trincadeira, Aragonez, Alicante Bouschet, Bical, Fernão Pires, Salsa e Tamarez. A esta parcela, plantada a 700 metros de altitude, soma-se um hectare plantado em 2017 com a casta Aragonez, e outro de Roupeiro. Foram estas as parcelas que levaram à criação dos primeiros quatro vinhos da Teixinha da colheita de 2021 que agora surgiram no mercado.

Os vinhos têm enologia de Nuno Gonzalez e Luís Duarte e representam bem o enorme potencial desta região, deixando uma expectativa elevada para as próximas colheitas. O Teixinha Field Blend Branco 2021 testemunha bem o carácter mineral conferido pelo ‘terroir’ próprio da Serra de São Mamede, onde predominam as castas Roupeiro, Tamarez, Bical e Arinto. Por sua vez, Teixinha Roupeiro Branco 2021 revela uma grande expressão aromática a fruta de polpa branca, própria desta casta.

Já O Teixinha Field Blend Tinto Tava 2021 foi elaborado com as castas Alicante Bouschet, Aragonez e Trincadeira e põe em evidência uma fruta de grande pureza que foi aqui preservada ao longo do estágio de 14 meses em ânfora de terracota. Finalmente, o Teixinha Field Blend Tinto Barrica 2021 foi elaborado a partir da vinha velha onde predominam as castas Aragonez, Alicante Bouschet e Trincadeira. As uvas desengaçadas e suavemente prensadas fermentaram em lagar a temperatura controlada e estagiaram 14 meses em barricas de carvalho francês. Evidencia uma fruta de grande autenticidade e frescura, complementada por subtis notas tostadas e de especiarias adquiridas ao longo do estágio em barricas de carvalho francês. Nesta primeira edição ascendeu imediatamente à primeira divisão dos grandes tintos alentejanos.

Mantendo a tradição da empresa, houve um grande cuidado na rotulagem destes novos vinhos, sendo preservado o hábito da participação da nova geração da família na conceção dos rótulos, mas agora com um novo e também original desafio: o de cada um deles relatar as suas experiências sobre o que a Teixinha representa através da escrita. Em suma, os vinhos Teixinha mostram o empreendedorismo da família Soares, o bom gosto e sofisticação da Herdade da Malhadinha Nova e as qualidades dos vinhos da Serra de São Mamede, o que augura um futuro promissor para este novo projeto.

FEIRA DO **PORCO**
TALENTEJANO

22, 23 e 24 MARÇO 2024